



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE  
PROGRAMA DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS E DESENVOLVIMENTO REGIONAL  
CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS**

**ANNA IZABELE DE ALMEIDA MUNHOZ**

**MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE ECONOMIA FEMINISTA  
NO BRASIL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DE UM CAMPO EM  
CONSTRUÇÃO**

**SANTARÉM – PA  
2025**

**ANNA IZABELE DE ALMEIDA MUNHOZ**

**MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE ECONOMIA FEMINISTA  
NO BRASIL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DE UM CAMPO EM  
CONSTRUÇÃO**

Monografia apresentada como trabalho de conclusão de curso ao Programa de Ciências Econômicas e Desenvolvimento Regional, curso de Ciências Econômicas para obtenção do grau de Bacharel em Ciências Econômicas; Universidade Federal do Oeste do Pará – UFOPA, Instituto de Ciências da Sociedade.

Orientadora: Prof<sup>a</sup>. Me. Elen Cristina da Silva Pessoa

**SANTARÉM – PA  
2025**

**Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)**  
**Sistema Integrado de Bibliotecas – SIBI/UFOPA**

---

M966m Munhoz, Anna Izabelee de Almeida

Mapeamento da produção científica sobre economia feminista no Brasil: uma análise bibliométrica de um campo em construção. / Anna Izabelee de Almeida Munhoz. - Santarém, 2025.

77 p. : il.

Inclui bibliografias.

Orientadora: Elen Cristina da Silva Pessoa.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) – Universidade Federal do Oeste do Pará, Instituto de Ciências da Sociedade, Bacharelado em Ciências Econômicas.

1. Economia feminista. 2. Pesquisa bibliométrica. 3. Desigualdade de gênero. 4. Visões androcêntricas. I. Pessoa, Elen Cristina da Silva, *orient.* II. Título.

CDD: 23 ed. 305.42



UNIVERSIDADE FEDERAL DO OESTE DO PARÁ  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA SOCIEDADE  
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

## ATA DE DEFESA PÚBLICA DE MONOGRAFIA DO CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS ECONÔMICAS

No décimo quarto dia do mês de julho de dois mil e vinte e cinco, às dezesesseis horas, de forma virtual, Link: <https://meet.google.com/xea-cudw-udg>, realizou-se a Defesa Pública da Monografia da acadêmica **ANNA IZABELE DE ALMEIDA MUNHOZ** (matrícula: 2020006168), intitulada: **MAPEAMENTO DA PRODUÇÃO CIENTÍFICA SOBRE ECONOMIA FEMINISTA NO BRASIL: UMA ANÁLISE BIBLIOMÉTRICA DE UM CAMPO EM CONSTRUÇÃO**, sob orientação da Profa. Msc. Elen Cristina da Silva Pessoa que compôs a banca examinadora com a Profa. Dra. Wandicleia Lopes de Sousa e a Profa. Dra. Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos . A presidente fez a abertura do trabalho com a apresentação das componentes da banca, da discente e atribuiu o tempo de vinte e cinco a trinta minutos para a apresentação do trabalho. Após a apresentação, seguiu-se a arguição e, depois as respostas. Posteriormente, os membros da banca fizeram suas considerações e sugestões finais passando a palavra para a discente que efetuou seus agradecimentos. A banca reuniu-se e apresentou o parecer final, com a nota 10,0. Nada mais havendo a tratar, eu Profa. Msc. Elen Cristina da Silva Pessoa lavrei a presente ata que, após ser lida, será assinada pelos membros da banca e pela discente.

Msc. Elen Cristina da Silva Pessoa – Orientadora

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** ELEN CRISTINA DA SILVA PESSOA  
Data: 14/07/2025 21:35:40-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Wandicleia Lopes de Sousa – Membro da banca

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** WANDICLEIA LOPES DE SOUSA  
Data: 14/07/2025 22:15:39-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dra. Zilda Joaquina Cohen Gama dos Santos – Membro da banca

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** ZILDA JOAQUINA COHEN GAMA DOS SANTOS  
Data: 16/07/2025 09:27:18-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Anna Izabele de Almeida Munhoz – Discente

Documento assinado digitalmente  
**gov.br** ANNA IZABELE DE ALMEIDA MUNHOZ  
Data: 16/07/2025 10:36:00-0300  
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dedico esse todo aos meus pais, obrigada!

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Rosiana e Ivair, que possibilitaram a minha existência e permanência dentro desta instituição. Mas não somente: agradeço também pelo apoio nos estudos, pela motivação e incentivo constante. Obrigada por serem meus exemplos.

Agradeço, ainda, aos amigos e colegas universitários pela presença nesta última etapa. E, sem esquecer de mencionar, às minhas melhores amigas que o ensino médio me proporcionou – obrigada por sempre me ouvirem e pelas sugestões.

Outrossim, quero reconhecer a orientação da Profa. Elen Pessôa, bem como o auxílio das Professoras Zilda Cohen e Wandicleia Sousa. Sem as sugestões, validações e correções destas profissionais, este trabalho não existiria.

Por fim, agradeço à Universidade Federal do Oeste do Pará, ao corpo docente do curso de Ciências Econômicas e à todas as pessoas que, mesmo alheias, contribuíram com esta pesquisa.

“Cor coagulada, violência, martírio, são as vigas que sustentam o silêncio de uma simetria religiosa.” (LISPECTOR, 2020 posição 741)

## RESUMO

A Economia Feminista, como área formalizada, emerge como alternativa teórica aos preceitos da economia tradicional, criticando estruturas historicamente consolidadas que ampliam desigualdades de gênero. Nesse sentido, o presente trabalho tem por objetivo mapear as produções acadêmicas nacionais sobre Economia Feminista, a partir da análise bibliométrica dos artigos disponíveis na plataforma CAPES. Para tal, a análise foi feita com amostras da *Plataforma de Periódico CAPES*, com um total de 36 produções científicas no final da avaliação. A ferramenta utilizada para o tratamento destes artigos foi o Microsoft Excel, por meio de contagem completa e categorizações institucionais, autorais e anuais. Os resultados apontam para um cenário incipiente da temática, com altas concentrações de produção nas regiões Sudeste e Sul do Brasil, centralizadas em poucas instituições de ensino superior. Além disso, há significativa dispersão autoral, com um número baixo de autores com alta produtividade, bem como um relevante grau de multidisciplinariedade. Esta pesquisa, além de reforçar a contribuição científica da Economia Feminista, busca salientar a necessidade de ampliação da discussão do tema e intensificar a consolidação desta no meio científico brasileiro e no escopo das Ciências Econômicas.

**Palavras-chave:** Economia feminista. Pesquisa bibliométrica. Desigualdade de gênero. Viés androcêntrico.

## **ABSTRACT**

Feminist Economics, as a formalized field, emerges as a theoretical alternative to the principles of traditional economics, challenging historically consolidated structures that perpetuate gender inequalities. In this context, the main objective of this study is to map Brazilian academic production through the use of bibliometric research methodology. For this purpose, the analysis was conducted using samples from the CAPES Journal Platform, resulting in a total of 36 scientific publications. The tool used for data processing was Microsoft Excel, applying full counting and categorization by institution, author, and year. The results reveal an incipient stage of the theme, with high concentrations of production in the Southeast and South regions of Brazil, primarily within a few higher education institutions. Additionally, there is significant authorial dispersion, with few high-productivity authors and a notable degree of multidisciplinary. This research not only reinforces the scientific contribution of Feminist Economics but also highlights the need to expand the debate and strengthen its consolidation within Brazilian academic circles.

**Keywords:** Feminist Economics. Bibliometric research. Gender inequality. Androcentric bias.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

|                                                                                   |    |
|-----------------------------------------------------------------------------------|----|
| Figura 1 – As leis bibliométricas. ....                                           | 18 |
| Figura 2 – Seguintos para a construção da pesquisa bibliométrica.....             | 19 |
| Quadro 1 – Lista de descritores. ....                                             | 21 |
| Figura 3 – Linha temporal de desenvolvimento do Feminismo nos Estados Unidos..... | 29 |
| Figura 4 – Linha temporal de desenvolvimento do Feminismo no Brasil.....          | 33 |
| Gráfico 1 – Concentração por periódicos. ....                                     | 47 |
| Gráfico 2 – Frequência de palavras-chave .....                                    | 48 |
| Figura 5 – Nuvem de palavras-chave .....                                          | 49 |
| Gráfico 3 – Concentração por autoria .....                                        | 50 |
| Gráfico 4 – Distribuição da produção por ano de publicação.....                   | 51 |
| Mapa 1 – Distribuição da produção brasileira por unidade federativa.....          | 52 |
| Gráfico 5 – Distribuição da produção por área de conhecimento.....                | 54 |

## LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

|         |                                                              |
|---------|--------------------------------------------------------------|
| CAPES   | Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior  |
| CAQDAS  | Computer-Assisted Qualitative Data Analysis Software         |
| CNDM    | Conselho Nacional da Condição da Mulher                      |
| CWTS    | Centro de Estudos em Ciência e Tecnologia                    |
| DST     | Divisão Sexual do Trabalho                                   |
| FBPF    | Federação Brasileira pelo Progresso Feminino                 |
| HIV     | Vírus da Imunodeficiência Humana                             |
| IAFFE   | Associação Internacional para Economia Feminista             |
| IBGE    | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística              |
| IPEA    | Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada                     |
| MAXQDA  | Software for Qualitative and Mixed Methods Data Analysis     |
| NECOFEM | Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Economia Feminista |
| NEEF    | Núcleo de Estudos em Economia Feminista                      |
| NVivo   | Qualitative Data Analysis Software                           |
| ONGs    | Organização Não Governamental                                |
| ONU     | Organização das Nações Unidas                                |
| Oxfam   | Comitê de Oxford para Alívio da Fome                         |
| SPSS    | Statistical Package for the Social Sciences                  |
| UFRGS   | Universidade Federal do Rio Grande do Sul                    |
| UFSC    | Universidade Federal de Santa Catarina                       |
| UFSM    | Universidade Federal de Santa Maria                          |
| UNESP   | Universidade Estadual Paulista                               |
| UNICAMP | Universidade Estadual de Campinas                            |

USP

Universidade de São Paulo

## Sumário

|                                                                         |    |
|-------------------------------------------------------------------------|----|
| 1 INTRODUÇÃO .....                                                      | 13 |
| 2 METODOLOGIA.....                                                      | 16 |
| 2.1 Pesquisa bibliográfica .....                                        | 16 |
| 2.2 Pesquisa bibliométrica.....                                         | 17 |
| 2.3 Procedimentos da análise bibliométrica .....                        | 20 |
| 3 O FEMINISMO E A ECONOMIA FEMINISTA - UMA REVISÃO DE LITERATURA .....  | 24 |
| 3.1 O Feminismo como movimento e teoria .....                           | 24 |
| 3.1.1 O Feminismo no Brasil .....                                       | 30 |
| 3.2 O campo de estudo sobre a Economia Feminista .....                  | 33 |
| 3.2.1 As desigualdades de gênero.....                                   | 36 |
| 3.2.2 Divisão Sexual do Trabalho e o Trabalho Não-Remunerado.....       | 38 |
| 3.3 O mainstream econômico .....                                        | 40 |
| 3.3.1 Uma visão geral das críticas ao <i>mainstream</i> econômico ..... | 41 |
| 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES .....                                         | 46 |
| 4.2 Análise Quantitativa .....                                          | 46 |
| 4.3 Dados descritivos da produção científica selecionada.....           | 53 |
| 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....                                             | 58 |
| REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....                                        | 61 |
| APÊNDICE A - AMOSTRA DA PESQUISA BIBLIOMÉTRICA .....                    | 71 |

## 1 INTRODUÇÃO

A Ciência Econômica se mostra reducionista desde a sua origem teórica. Esse fato se mostra verdadeiro quando se observa que o comportamento do principal agente envolvido, isto é, o ser humano concreto, dentro de suas capacidades emocionais, sociais e econômicas, não era estudado e a base da disciplina estava voltada para uma racionalização distorcida. De modo a evidenciar tal aspecto, como bem pontua Pinho (1976), o sistema capitalista detinha uma racionalidade enraizada na eficiência e eficácia, isto é, o comportamento era voltado para a produção e maximização de lucros, visando um “ótimo econômico”. Desta forma, o agente era delineado dentro do conceito de um indivíduo perfeitamente racional.

Em consonância com esse ideal, se manifesta o conceito de “*homo economicus*” que, segundo Teixeira (2018, p. 146), são “agentes autônomos, racionais, com preferências estáveis e que interagem com o único propósito de trocar”. De forma geral, é com esse preceito que muitas políticas, dentro do ideário neoliberal, foram estruturadas e implementadas. Quais as consequências disso? Uma sociedade modelada com base em um agente irreal que, segundo a própria teoria, possui preferências permanentes, individuais e que tem a necessidade absoluta de maximizar a utilidade.

Tal como esperado, o *homo economicus* não abrange uma quantidade significativa de indivíduos pertencentes a sociedade atual, principalmente quando se busca identificação desse agente com a figura da mulher. Nesse ponto, surge uma alternativa teórica que busca preencher as diversas lacunas analíticas deixadas: a Economia Feminista.

Assim sendo, a Economia Feminista foi formalizada como área de estudo em 1990 e tem como objetivo primordial questionar as estruturas econômicas vigentes, criticando preceitos da economia tradicional, como a racionalidade, e propondo uma nova configuração do objeto de estudo, redirecionando ações para a promoção da sustentabilidade da vida e da visibilidade de atividades historicamente relacionadas a figura feminina. Outrossim, ela amplifica estudos que tangenciam o trabalho doméstico e de cuidado, situando-os dentro da esfera que corrobora para a manutenção do sistema capitalista, mas são frequentemente invisibilizados.

Entretanto, por ser considerada uma discussão conceitual essencialmente recente, principalmente quando se compara à outras vertentes econômicas, ela está

em processo de difusão e consolidação de ideias. Bohn e Catel (2023) comprovaram a baixa visibilidade da temática dentro dos periódicos brasileiros, analisando uma margem temporal de 25 anos, partindo de 1990 e indo até 2015. Com esse intuito, tanto a Economia Feminista quanto a Economia de Gênero foram pesquisadas em periódicos classificados pela Qualis 2014 como B1, B2 e B3. Os resultados foram drasticamente pequenos, pois, em uma amostra acima de 40 mil artigos, apenas 0,23% estavam associados diretamente a Economia Feminista.

Nesse contexto, 10 anos depois, a seguinte problemática se impõe: qual o panorama atual da produção científica brasileira na área de Economia Feminista? Dessa forma, buscando contribuir para a resposta desta incerteza, o presente trabalho tem como objetivo geral mapear as produções acadêmicas nacionais sobre Economia Feminista, a partir da análise bibliométrica dos artigos disponíveis na principal base de periódicos do país: a plataforma da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Para tal, foram delineados os objetivos específicos descritos a seguir: a) Compreender, através de literatura especializada e selecionada, as bases teóricas que moldaram a Economia Feminista, a partir do Feminismo, considerando o surgimento, as críticas e os conceitos principais da própria Economia Feminista como categoria analítica formalizada; b) Realizar uma análise bibliométrica da produção acadêmica brasileira no campo da Economia Feminista, observando tendências e eixos temáticos, bem como pontos de discussão no que tange autores, periódicos e palavras-chave.

O presente estudo foi motivado a partir da leitura da obra “Aurora: O despertar da mulher exausta”, redigido por Marcela Ceribelli (2022), que expõe as diversas facetas do esgotamento da figura da mulher na sociedade contemporânea. Em especial, por um dado de 2020, apresentado no livro e atribuído ao Comitê de Oxford para Alívio da Fome (Oxfam Brasil), que revela que meninas e mulheres no mundo todo trabalham cerca de 12,5 bilhões de horas por dia na execução de atividades domésticas. Dessa forma, a Oxfam Brasil ressalta que essas ações são realizadas de forma gratuita por essas agentes, mas que corroboram em 10,8 trilhões de dólares para a economia mundial (CERIBELLI, 2022). A partir do exposto nessas estatísticas, surge o interesse em investigar alternativas teóricas, dentro das Ciências Econômicas, que possibilitem a visibilização e valorização do trabalho historicamente desempenhado por mulheres.

No contexto brasileiro, esse cenário se expressa de maneira pungente. O país é vítima de um cenário persistente de desigualdade de gênero, evidenciado pelos principais institutos de pesquisas nacionais. Em 2022, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), através do projeto de Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, identificou que mulheres, independente da faixa de renda, despendem, em média, 21,6 horas semanais em trabalho doméstico não remunerado e os homens ficam somente em 11,8 horas. Outrossim, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nas Estatísticas de Gênero, edição de 2024, apontava que a maior participação das mulheres nas atividades domésticas resultava em uma menor participação no mercado de trabalho. Desta forma, 53,3% era o índice de participação da população feminina, com 15 anos ou mais, ocupadas ou à procura de trabalho, em 2022. Em contrapartida, esse número sobe para 73,2% quando se observa a amostra masculina.

Seguindo o documento de Estatísticas de Gênero (IBGE, 2024), evidencia-se também que mulheres estavam em maior número no campo de trabalho informal, tendo 39,6% de participação, enquanto os homens possuíam 37,3%. Apesar de estarem, pelas estatísticas, às margens do mercado formal de trabalho, o Censo 2022, evidenciou uma alta nos domicílios chefiados por mulheres, saindo de 38,7% em 2010 para 49,1% em 2022.

Diante da notória desigualdade de gênero evidenciada por estes dados, mas não limitada a eles, percebe-se a urgência de se estudar e analisar uma economia que não ignora estes números, mas se estrutura a partir deles. Portanto, esse trabalho justifica-se pela relevância e pela emergência de expandir a visibilidade da Economia Feminista, contribuindo para a consolidação dessa discussão e, por extensão, reconhecendo pautas e agentes historicamente invisibilizados.

Por fim, o trabalho se estrutura com a introdução, dois capítulos principais e considerações finais. A introdução engloba a contextualização, problematização, justificativa, objetivos e metodologia geral da pesquisa; os dois capítulos seguem a mesma linha de apresentação dos objetivos específicos, isto é, o capítulo 2 é puramente teórico, abrangendo toda a base necessária para a compreensão da temática, por meio de revisão bibliográfica, e o capítulo 3 concentra os resultados e as discussões que são decorrentes da pesquisa bibliométrica. As considerações finais encerram o trabalho e lançam questões para futuros estudos.

## 2 METODOLOGIA

Tal como Augusto (2014, p. 2) pontua, “[...] a metodologia reside na interação entre teoria e método e lida com questões que moldam o curso da pesquisa.”. Seguindo a perspectiva da autora, a metodologia deve resultar do objetivo traçado pelo pesquisador, reconhecendo as respostas que visa alcançar e produzir. Dessa forma, a livre escolha metodológica não está ao alcance do produtor de conhecimento.

Nesse sentido, o presente trabalho estabelece duas metodologias divergentes, porém complementares: a clássica pesquisa bibliográfica e a recente pesquisa bibliométrica. O presente capítulo irá expor sobre cada uma destas ferramentas metodológicas e detalhará os procedimentos que guiam esta pesquisa.

### 2.1 Pesquisa bibliográfica

A Pesquisa Bibliográfica, como ferramenta metodológica, vem sendo trabalhada por muitos anos nos principais guias de pesquisas científicas. Dessa forma, ela pode ser definida como o mecanismo de utilização de trabalhos já publicados como fonte para determinado tema, dentro do espectro de importância e pertinência para a discussão (MARCONI; LAKATOS, 2003). Estes registros consultados podem vir na forma de material impresso, como artigos, livros, teses e dissertações (SEVERINO, 2017). Entretanto, com o advento de novas formas pesquisas documentais e disseminação de informação, a pesquisa bibliográfica também pode ser efetuada com o material disponível no meio digital (GIL, 2017).

Dentro deste tocante, a pesquisa bibliográfica se torna um pilar para a maioria dos trabalhos acadêmicos, sendo não só classificada como uma modalidade de pesquisa isolada, mas também como uma fase que quase todo pesquisador vai precisar se preocupar em desenvolver (GIL, 2017). Para tanto, Andrade (2010, p. 25) elucida:

A pesquisa bibliográfica é habilidade fundamental nos cursos de graduação, uma vez que constitui o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas. [...] Ela é obrigatória nas pesquisas exploratórias, na delimitação do tema de um trabalho ou pesquisa, no desenvolvimento do assunto, nas citações, na apresentação das conclusões. Portanto, se é verdade que nem todos os alunos realizarão pesquisas de laboratório ou de campo, não é menos verdadeiro que todos, sem exceção, para elaborar os diversos trabalhos solicitados, deverão empreender pesquisas bibliográficas. (ANDRADE, 2010, p. 25)

Em síntese, o trabalho elaborado através da pesquisa bibliográfica é a base teórica que todo estudo necessita para o desenvolvimento do tema escolhido e contribui para maior abrangência de absorção e disseminação de conhecimento (MARTINS; THEÓPHILO, 2007; GIL, 2017). Nesse sentido, com exato propósito de situar o leitor dentro do tema trabalhado neste documento, a pesquisa bibliográfica foi incrementada como ferramenta essencial no que tange a compreensão do Feminismo e da Economia Feminista de forma geral.

Nesse ponto, o levantamento bibliográfico foi abrangente e englobou registros impressos e digitais dentro de variadas plataformas digitais acadêmicas e institucionais. De tal maneira, envolveu a consulta de livros, artigos e dissertações em uma gama variada de período de publicação e autores, devidamente verificadas dentro do grau de importância e contribuição para a análise em desenvolvimento. Portanto, como Severino (2017, p. 93) enfatiza, “o pesquisador trabalha a partir das contribuições dos autores dos estudos analíticos constantes dos textos”, e o presente trabalho se ajusta e se modela conforme as indagações e os aportes levantados por cada bibliografia explorada.

## **2.2 Pesquisa bibliométrica**

A revisão bibliométrica, também referida pelo nome de cientometria, é uma metodologia, acima de tudo, regida por aspectos quantitativos e advinda de utilizações primárias por E. Wyndham Hulme no ano de 1922 (MATTAR; RAMOS, 2021; CHUEKE; AMATUCCI, 2015; GUEDES; BORSCHIVER, 2005; TEIXEIRA et al., 2013). Nesse sentido, o campo bibliométrico pode ser conceituado como uma área que utiliza métodos quantitativos para “[...] examinar a produção de artigos em um determinado campo de saber, mapear as comunidades acadêmicas e identificar as redes de pesquisadores e suas motivações.” (CHUEKE; AMATUCCI, 2015, p. 2).

Há necessidade de salientar a característica quantitativa do método, visto que, o próprio nome da metodologia carrega esse significado atrelado ao processo de mensuração e a ausência de análises nesse sentido descaracterizam toda uma pesquisa dita bibliométrica (SOARES; PICOLLI; CASAGRANDE, 2018). Para tanto, Teixeira et al. (2013) explicita:

A diferença essencial entre a tradicional pesquisa bibliográfica e a bibliometria é que esta utiliza mais métodos quantitativos do que discursivos. Assim, a

utilização de métodos quantitativos na busca por uma avaliação objetiva da produção científica é o ponto central da bibliometria. (TEIXEIRA et al., 2013, p. 6)

Dentro do aspecto de rastreio, a bibliometria contempla publicações, palavras, citações, co-citações, referências citadas, frases e suas autorias (YOSHIDA, 2010). Ademais, o método contém leis que regem sua aplicação e utilização, sendo elas repartidas em três categorias: Lei de Bradford, Lei de Zipf e Lei de Lotka (CHUEKE; AMATUCCI, 2015). Para Guedes e Borschiver (2005), as leis podem ser condensadas dentro da certeza de que, respectivamente, conforme supracitado, a primeira lei avaliaria a produtividade dentro dos periódicos, a segunda tem como base o estudo das frequências das palavras e a terceira se posiciona como aquela que analisará a produtividade dos autores.

A seguir, apresenta-se os objetivos, conforme Chueke e Amatucci (2015), de cada lei da metodologia bibliométrica:

**Figura 1** - As leis bibliométricas

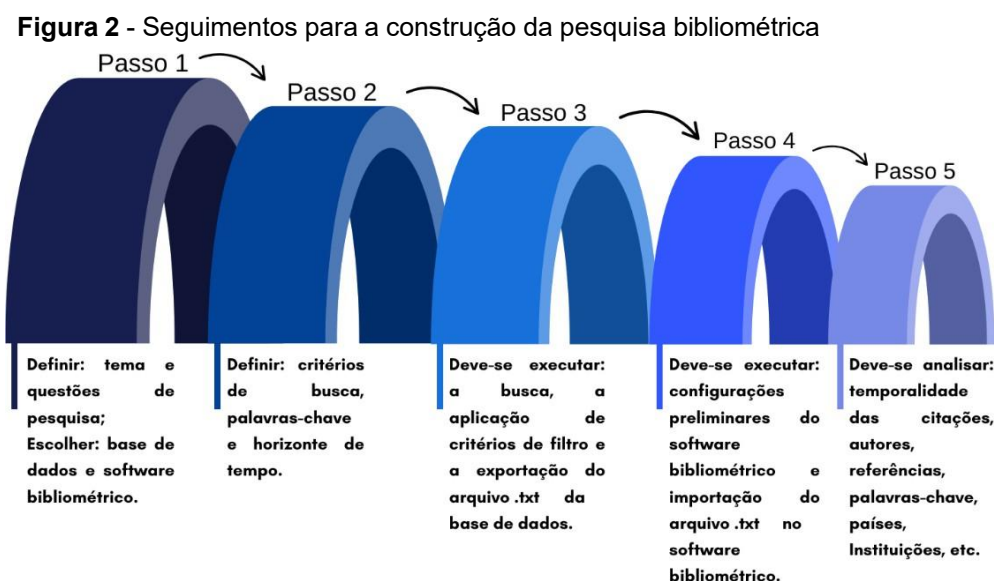


**Fonte:** Elaborado pela autora (2025) com base em Chueke e Amatucci (2015, p. 3).

Partindo desta ideia, a bibliometria pode ser sistematizada dentro do âmbito tecnológico para efetuar plenamente as leis regentes. Ressalta-se que diversos softwares já existem para tal demanda, como Computer-Assisted Qualitative Data Analysis Software (CAQDAS), Qualitative Data Analysis Software (NVivo), Software for Qualitative and Mixed Methods (MAXQDA) e Atlas.ti, dentro do aspecto qualitativo, e Statitital Package for the Social Sciences (SPSS) para a parte quantitativa (MATTAR; RAMOS, 2021). Azevedo e Ensslin (2020) citam outros programas

específicos que ajudam em análises bibliométricas através dos *clusters*<sup>1</sup>, como Biblioshiny, VOSviewer, Publish or Perish e CiteSpace.

Para além das leis, é importante atentar-se ao processo de construção da análise bibliométrica. Dentro deste aspecto, De Souza, Alcântara e Piatto (2017) exploram uma estrutura em 5 passos essenciais para a construção da pesquisa, seguindo a metodologia bibliométrica:



**Fonte:** Adaptado de De Souza, Alcântara e Piatto (2017)

Em conjunto com a pesquisa bibliográfica, a pesquisa bibliométrica é uma ferramenta potente que visa construir e estruturar a investigação em curso com o intuito primordial de atender os objetivos da pesquisa. Tal como Chueke e Amatucci (2015, p. 2) declaram, “[...] os artigos que buscam sistematizar a produção científica, quando bem elaborados, contribuem para o incremento da relevância e rigor de novas pesquisas.”, este estudo mantém a responsabilidade de ampliar as discussões acerca da Economia Feminista através deste mapeamento.

Além disso, a pesquisa bibliométrica possibilita a observação das lacunas existentes do tema dentro da realidade brasileira. Enquanto a bibliográfica possibilitou a construção da base necessária para situar o contexto histórico, também para fazer uma leitura preliminar com o intuito de estimar as principais áreas abordadas e as críticas mais evidentes, a bibliométrica manteve-se como a ferramenta que mensurou

<sup>1</sup> Em tradução literal, “cluster” significa agrupar. Dentro dos estudos da bibliometria, esses agrupamentos são feitos por similaridade e são chamados de redes de co-ocorrência, usadas em identificação de palavras-chave, autores, instituições etc. (AZEVEDO; ENSSLIN, 2020).

quantitativamente e, posteriormente, qualitativamente o panorama dos periódicos aqui analisados.

### 2.3 Procedimentos da análise bibliométrica

Conforme supracitado, o presente trabalho realiza a avaliação da produção acadêmica a partir da pesquisa bibliométrica, uma metodologia de caráter quantitativo. Para tal, a base de dados escolhida foi o *Portal de Periódicos CAPES*, selecionado por ser uma plataforma nacional, criada e mantida pelo governo, que comporta uma ampla variedade e volume de periódicos científicos. Dessa forma, sua utilização se justifica no sentido de ser um dos principais acervos de produção acadêmica brasileira, facilitando a procura de artigos que se encaixam no escopo do presente trabalho.

A pesquisa não deteve recorte temporal específico, pois o objetivo era mapear integralmente a produção, dentro de todos os anos disponíveis na plataforma, e acompanhar uma possível evolução da temática conforme a discussão desse conceito analítico se estabelecia.

Para tanto, foram utilizados oito descritores de busca, compostos por uma mescla de palavras-chave simples e operadores booleanos (AND, OR e NOT), com o intuito de restringir os resultados à área econômica e reduzir possíveis erros técnicos da plataforma relacionados à identificação de termos. Nesse sentido, empregou-se: “*economia feminista*”, com e sem aspas, a fim de englobar artigos que mencionem o termo de forma literal ou separada no resumo e/ou título; “*gênero*” AND “*economia*” AND (*feminismo OR feminista*) para buscar amostras que tratam do conceito de gênero com uma abordagem econômica e feminista; “*trabalho doméstico*” AND (*feminista OR feminismo OR economia*), “*trabalho não remunerado*” AND (*feminista OR feminismo OR economia*), “*trabalho reprodutivo*” AND (*feminista OR feminismo OR economia*) e “*trabalho de cuidado*” AND (*feminista OR feminismo OR economia*), com o propósito de identificar publicações que discutam um dos pilares teóricos da Economia Feminista: o trabalho, em todas as esferas historicamente relacionadas a figura feminina; por fim, utilizou-se “*divisão sexual do trabalho*” AND (*feminismo OR feminista*) para mapear estudos que produziam debates acerca da divisão patriarcal do trabalho.

Em seguida, dentro da plataforma, em cada busca por descritor, foi empregado dois filtros: *Produção Nacional* e *Acesso Aberto*. O portal frequentemente faz uma boa seleção através dessa dupla, sem perdas justificativas por falhas e com bom recorte. Sob essa perspectiva, o primeiro selecionava as amostras exclusivamente brasileiras, ligadas a instituições do país, e o segundo mantinha artigos que poderiam ser acessados de forma completa para uma leitura e análise qualitativa posterior.

Desta forma, foram incluídos os artigos que mencionavam explicitamente o termo “economia feminista” no corpo do texto e o discutiam criticamente, seja como tema principal ou como aporte teórico. Esta escolha se justifica exclusivamente pela relevância teórica, isto é, buscou-se publicações que não apenas abordassem os fundamentos da disciplina, mas também a identificassem nominalmente como tal. Para os critérios de exclusão, eram descartados artigos relacionados essencialmente a aspectos estrangeiros (idioma e instituição de ensino), os que não possuíam característica crítica (como resenhas descritivas e resumos), além de duplicatas de amostras anteriores. Tais preceitos foram necessários para manter a pesquisa dentro de seu objetivo de caráter nacional, crítico e tecnicamente coeso.

A triagem para a amostra final foi feita a partir de leitura parcial ou integral de cada publicação, identificando os termos supracitados, o teor crítico e a origem institucional e idiomática. Sob esse aspecto, a análise foi segmentada, partindo de um descritor por vez e, por fim, agrupando os selecionados para a produção da análise quantitativa. O quadro 1 evidencia, com base nos descritores, como se deu cada um dos resultados, conforme a pesquisa avançava.

**Quadro 1** – Lista de descritores

| Descritores                 | Resultados Iniciais | Após aplicação dos filtros | Resultado após análise e aplicação de critérios |
|-----------------------------|---------------------|----------------------------|-------------------------------------------------|
| “economia feminista”        | 133                 | 28                         | 25                                              |
| economia feminista          | 292                 | 61                         | 5                                               |
| “gênero” AND “economia” AND | 158                 | 39                         | 0                                               |

|                                                                    |            |            |           |
|--------------------------------------------------------------------|------------|------------|-----------|
| (feminismo OR feminista)                                           |            |            |           |
| “divisão sexual do trabalho” AND (feminismo OR feminista)          | 77         | 48         | 0         |
| “trabalho doméstico” AND (feminista OR feminismo OR economia)      | 115        | 73         | 5         |
| “trabalho reprodutivo” AND (feminista OR feminismo OR economia)    | 32         | 17         | 0         |
| “trabalho não remunerado” AND (feminista OR feminismo OR economia) | 6          | 6          | 0         |
| “trabalho de cuidado” AND (feminista OR feminismo OR economia)     | 20         | 14         | 1         |
| <b>TOTAL</b>                                                       | <b>833</b> | <b>286</b> | <b>36</b> |

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025)

Dado o processo exposto, a amostra final se configura em um número de 36 artigos, após todos os critérios de inclusão e exclusão serem utilizados. Ressalta-se que a ordem da apresentação dos descritores na tabela é a mesma seguida para a busca.

Por fim, é importante citar uma limitação metodológica que foi encontrada. A aplicação e análise das leis bibliométricas clássicas, Bradford, Zipf e Lotka, necessita de softwares especializados para executar os metadados e trabalhar adequadamente com os cálculos de cada uma. Entretanto, por incompatibilidades técnicas entre a Plataforma de Periódicos CAPES e sistemas essencialmente bibliométricos, como o VOSViewer e o Bibliometrix, optou-se por uma adaptação desses cálculos a partir dos recursos disponíveis no editor Microsoft Excel. Portanto, os resultados seguem os princípios teóricos das leis, mas podem não refletir com exatidão os padrões matemáticos originais propostos por cada autor.

### 3 O FEMINISMO E A ECONOMIA FEMINISTA – UMA REVISÃO DE LITERATURA

Anterior ao surgimento da Economia Feminista, dentro do caráter de disciplina, na década de 1980, as discussões estavam concentradas em um dos mais expressivos movimentos políticos e sociais do século XX: o movimento feminista. Focado nos direitos das mulheres e na desconstrução da opressão sexista arraigada na sociedade, o feminismo foi a base necessária para as pautas que se desenvolveriam posteriormente, em especial no campo da economia.

Assim, com o intuito de estabelecer o elo de caráter fundamental entre economia e feminismo, o presente capítulo visa oferecer uma compreensão geral de ambos os campos, delineando um percurso histórico que remete desde as primeiras ondas do movimento feminista até o surgimento e a consolidação da Economia Feminista como área de pesquisa e estudo.

#### 3.1 O Feminismo como movimento e teoria

O feminismo, como movimento e teoria, é plural e com facetas igualmente diversas. Dessa forma, ele extrapola o sentido do singular e apresenta algumas definições que irão convergir para um objetivo comum: a eliminação da opressão sexista e a promoção da igualdade de direitos para as mulheres. Nesse sentido, uma das maneiras de abordar o conceito de feminismo é seguindo a ideia da centralidade na mulher, proposta e elaborada por Gerda Lerner em uma das suas obras mais expressivas, *A Criação do Patriarcado*, publicada em 1986. Nela, a autora sugere que o questionamento das construções sociais e dos sistemas de poder, a partir de uma perspectiva da mulher, é crucial para o desmantelamento dos valores patriarcais que hoje são dominantes. Lerner ainda destaca que, sendo a figura feminina o centro da discussão, deve-se haver certo ceticismo quanto aos sistemas que atualmente regem os mais diversos aspectos da vida humana em sociedade, isto é, há a necessidade de se manter e ser crítica em cada definição ou ordem instituída para, com isso, “fugir” dos preceitos patriarcais (LERNER, 2020, p. 284).

Por extensão, bell hooks em *O Feminismo é Para Todo Mundo: Políticas Arrebatadoras* (2018, p. 17), considera o movimento como aquele que visa “acabar com sexismo, exploração sexista e opressão”. Sua abordagem deixa explícito que o problema central não é o homem, mas sim qualquer pessoa que replique ações

sexistas. Em consonância com esse ideal, Chimamanda Ngozi Adichie, em *Sejamos Todos Feministas* (2012), compartilha suas experiências pessoais ao se afirmar como feminista e parte do princípio de que, diante de um problema de gênero, tanto mulheres quanto homens que se identificam como feministas devem estar dispostos a resolvê-lo. Sua crítica se resume à ideia de que todos, homens e mulheres, precisam estar dispostos a melhorar (ADICHIE, 2014).

Em contrapartida, Simone de Beauvoir (2019) em *O Segundo Sexo* descreve o feminismo como uma luta persistente contra as imposições sociais que definem o que é ser mulher. Beauvoir aponta que, ao longo da história, as mulheres foram consideradas "o Outro", sendo sempre definidas em relação aos homens, isso impunha limites a sua liberdade e independência dentro da sociedade. Nesse sentido, em sua visão, "A humanidade é masculina, e o homem define a mulher não em si, mas relativamente a ele; ela não é considerada um ser autônomo." (BEAUVOIR, 2019a, p. 12).

As diferentes definições de feminismo são resultado da diversidade de abordagens e perspectivas que compõem o movimento. Seguindo uma trajetória histórica, os então denominados "movimentos feministas" abrangiam o feminismo de cunho liberal, radical, marxista, lésbico e negro e se efetivaram na segunda metade do século XX, fundamentados na identificação da figura da mulher como ente sistematicamente oprimido e na possibilidade política de gerar transformações (FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, 2009). Desta forma, estes movimentos, inicialmente, se dividiam em duas fases distintas, no que concerne a sua expressão nos Estados Unidos: o sufrágio feminino (também nomeado como primeira onda), de meados do século XIX até a década de 1920, e a segunda onda feminista no início dos anos 60 (GANDHI, 2018).

Dessa forma, a primeira onda feminista estava relacionada aos movimentos abolicionistas. Foi através destes, portanto, que as mulheres puderam se ver inseridas dentro da engrenagem política ao organizarem e participarem das lutas para a abolição da escravidão. Por intermédio disso, adquiriram experiência dentro das lutas civis, desencadeando, em 1848, o evento responsável pelo início desta fase: A Convenção de Seneca Falls<sup>2</sup>, organizada por Elizabeth Cady Stanton e Lucretia Mott

---

<sup>2</sup> Intitulado o nome da Convenção de 1848, Seneca Falls é também referente ao local onde foi presidida esta reunião. A vila fica no estado de Nova York, nos Estados Unidos.

(GARCIA, 2015) O marco originou a Declaração dos Sentimentos, que buscava direitos iguais em vários âmbitos da vida, como o casamento, salários e, não esquecido, o voto (GANDHI, 2018). De tal modo, em *Cenas Feministas*, Anne-Marie Käppeli (1998) enfatiza o papel do sufrágio para o movimento feminista:

O direito ao sufrágio torna-se na viragem do século o eixo principal da luta feminista. Para os radicais não se trata apenas de um princípio de igualdade, mas de uma condição *sine qua son* da realização da igualdade dos direitos na vida privada e pública. [...] (KÄPPELI, 1998, p. 556)

Posteriormente, se desenvolveu a segunda fase do feminismo nos Estados Unidos. Essa nova “era” do movimento se estruturou dentro de um contexto de modificações econômicas e sociais significativas, impulsionado pela explosão econômica ocorrida no pós-guerra e, paralelamente, ao aumento dos padrões de vida, que levaram à reintegração das mulheres no mercado de trabalho em bases mais sólidas (NOGUEIRA, 2001). De tal modo, Conceição Nogueira, em *Interseccionalidade e Psicologia Feminista (2017, posição 280)*<sup>3</sup>, aponta que, nesta nova fase, o feminismo como uma potência política aparenta ter sinalizado, e possivelmente concretizado, alterações notáveis em alinhamentos políticos e em acordos institucionais que já se manifestavam com caráter convencional.

Nancy Fraser (2009) analisa os aspectos que regem a segunda onda feminista dentro de uma visão crítica do sistema econômico regente. Para a autora, o diferencial desta fase se concentra na contestação abrangente ao capitalismo organizado pelo Estado, estruturado por quatro alicerces principais: o economicismo, o androcentrismo, o estatismo e o Westfalianismo<sup>4</sup>. De tal forma, as feministas, pautadas nas quatro características supracitadas, expandiram a noção de justiça, através da análise de desigualdades sociais, políticas e culturais, denunciaram o sexismo, criticaram o estatismo ao propor modelos mais participativos e democráticos e reavaliaram o Westfalianismo ao criticar o imperialismo (FRASER, 2009).

Embora seja notável o esforço, e conquistas, através dos movimentos feministas que regem a primeira e a segunda onda, nem todos os grupos de mulheres foram inclusos e abraçados pelas reivindicações. Para tanto, ainda na segunda onda feminista, se inicia as implicações sobre diversidade com o Feminismo Negro, como pontua Nogueira (2017, posição 267), centrada na publicação da obra de Bell Hooks

<sup>3</sup> Por se tratar de um e-book sem paginação, a posição foi utilizada para a localização.

<sup>4</sup> O Westfalianismo é caracterizado pela valorização dos Estados-Nação, com fronteiras nacionais claramente estabelecidas, as quais sustentam um modelo específico de cidadania (DE LIMA, 2017).

(1984), intitulada de *A Teoria Feminista: Da Margem ao Centro*. Dentro do referido título, Hooks define o escopo de estudo do feminismo: “O feminismo é uma luta pelo fim da opressão sexista. O seu objetivo não é beneficiar unicamente um grupo específico de mulheres ou uma raça ou classe de mulheres em particular.” (HOOKS, 2019, p. 21).

Angela Davis (2016), no importante volume *Mulheres, Raça e Classe*, originalmente publicado em 1981, debate o movimento sufragista norte-americano, através da Declaração dos Sentimentos, como insuficiente para englobar os interesses dos mais diversos grupos de mulheres na sociedade da época. Davis declara que o documento, embora refletisse com certa precisão o dilema das mulheres brancas de classe média, acabava excluindo as reivindicações das mulheres brancas pertencentes a classe trabalhadora, bem como das mulheres negra como um todo (DAVIS, 2016). Dessa forma, a partir dos anos 1980, feministas negras intensificaram suas críticas ao modelo prevalente de feminismo, e com a formação do feminismo pós-moderno, as categorias que definiam o grupo “mulheres”, baseadas em aspectos essencialmente culturais e biológicos, passaram a ser questionadas (JUTEAU, 2009, p. 93). Como indica Conceição Nogueira (2017), o feminismo negro enfatizou a diversidade existente entre as mulheres, influenciando estudos sobre identidades sociais e pessoais. Nesse sentido, ignorar outros sistemas de poder, como o que permeia o racismo, nega o seu impacto na formação das individualidades femininas (NOGUEIRA, 2017).

Por trás destas reivindicações, reside um termo extensamente usado pelas teóricas que buscam ampliar parâmetros de discussões: a interseccionalidade. Dentro do feminismo, ele surge como uma abordagem teórica crucial para destacar as diversidades e especificidades das mulheres, considerando múltiplas dimensões de opressão. Apesar de ser uma discussão amplamente presente nos trabalhos atuais, a ideia contida no objeto já demonstra sinais de utilidade nos anos 1960 e 1970, através de mulheres afro-americanas que tratavam do feminismo negro de forma interseccional (COLLINS, 2017). Nesse sentido, mesmo sem a cunhagem oficial, autoras como Angela Davis e bell hooks já trabalhavam com ideias que se alinhavam ao conceito de interseccionalidade. Nogueira (2017) postula, portanto, que o gênero não pode ser tratado como um componente isolado da identidade pessoal, mas tal como um elemento que está interligado a outros marcadores, como “raça”, classe, orientação sexual e muitos outros aspectos que se fazem presentes na construção

identitária. A partir destas considerações sobre interseccionalidade, um consenso presente é que o termo se popularizou, exatamente nesta nomenclatura, por meio dos trabalhos de Kimbérle Crenshaw (1989; 1991).

Crenshaw (1989) explicita, através de suas análises sobre casos jurídicos, como as experiências vivenciadas por mulheres negras são frequentemente invisibilizadas em discursos feministas e antirracistas por meio de uma abordagem de eixo único. Sua crítica aponta para a inadequação dessa estrutura ao tratar discriminações de gênero e raça como categorias dissociadas, distorcendo e inviabilizando as experiências das mulheres negras. Nesse ínterim, ao utilizar uma metáfora sobre um cruzamento de tráfego, Crenshaw ilustra como as segregações para as mulheres negras podem ocorrer de forma simultânea e acarretar, em certos momentos, uma dupla discriminação ao mesclar aspectos de raça e sexo, e, outrossim, ainda se manifestar como uma marginalização que não faz a junção dos dois elementos, mas discrimina por ser uma mulher negra (CRENSHAW, 1989). Nesse sentido, ela esclarece:

As experiências das mulheres negras são muito mais amplas do que as categorias gerais fornecidas pelo discurso sobre discriminação. No entanto, a insistência contínua de que as demandas e necessidades das mulheres negras sejam filtradas por análises categóricas que obscurecem completamente suas vivências garante que suas necessidades raramente sejam atendidas. (CRENSHAW, 1989, p. 149-150, tradução nossa)

Neste ponto, Crenshaw enfatiza como a teoria feminista, especialmente em sua forma predominante, prioriza as experiências contidas na realidade da mulher branca. A declaração histórica de Sojourner Truth, proferida em 1851, é ressaltada para ilustrar justamente esse ponto, pois a ativista, com suas palavras, desafiou os estereótipos acerca da fragilidade feminina imposta por homens brancos e apoiados por mulheres brancas. A repetição de Truth de “And ain’t I a Woman?”<sup>5</sup> é acompanhada por uma sucessão de relatos pessoais, evidenciando a diferença de sua vivência como mulher negra em relação as mulheres brancas, criticando tanto o patriarcado quanto o próprio movimento feminista (CRENSHAW, 1989, p. 154). Nesse sentido, o que Crenshaw (1989; 1991) pontua insistentemente é que, ao ignorar a raça, a teoria feminista falha em abordar a multiplicidade de experiências das mulheres negras. A interseccionalidade, por sua vez, rejeita estruturas reducionistas

---

<sup>5</sup> Tradução livre de “**And ain’t I a Woman**”: “*E não sou eu uma mulher?*” — Trecho do famoso discurso proferido por Sojourner Truth em 1851, na Convenção dos Direitos da Mulher em Akron, Ohio.

e reivindica uma compreensão mais complexa das identidades presentes no movimento feminista.

O período que explora as multiplicidades que a interseccionalidade propõe transborda para uma nova fase, ainda controversa, do feminismo: a terceira onda. O caráter controverso reside principalmente na nomenclatura e na periodicidade, pois ela pode ser abordada como pós-feminismo ou já ser um marco ultrapassado, indicando que uma quarta onda é a regente. Entretanto, pela quantidade teórica apontar para uma terceira e não uma quarta onda, é ela que será explorada. Nesse sentido, a terceira onda, que emergiu nas décadas de 1980 e 1990, apresentou um arco diferente, renovado e inclusivo quanto às questões que permeavam as discussões de gênero e identidade, trabalhando com as limitações que foram encontradas na segunda onda. Em vez de tentar construir uma narrativa única, como no passado, a terceira onda se caracteriza pela valorização da diversidade de perspectivas e pela ênfase nas histórias pessoais (SNYDER, 2008). Nesse contexto, o feminismo interseccional, que aborda as múltiplas camadas de opressão relacionadas à raça, classe, sexualidade e outros aspectos, se torna central nessa fase (DA SILVA MARQUES SANTOS, 2022; DE OLIVEIRA, 2019).

A figura 3 apresenta uma linha temporal acerca do desenvolvimento histórico do feminismo nos Estados Unidos:

**Figura 3** – Linha temporal do desenvolvimento do Feminismo nos Estados Unidos



**Fonte:** Elaborado pela autora (2025)

Dentro destes parâmetros, o feminismo é marcado pela sua própria teoria e sua capacidade de gerar reflexão crítica. Efetivamente, como destaca Miguel e Biroli (2014, p. 18), “[...] o pensamento feminista tornou-se o que é hoje: um corpo altamente elaborado de teorias e reflexões sobre o mundo social [...]”. Diante disso, ele extrapola os limites do âmbito político e se mescla a reflexões oriundas da “História, Ciências Sociais, Crítica Literária, Psicanálise” (PINTO, 2010, p. 15) e, no cerne desta discussão, o campo da Economia.

### 3.1.1 O Feminismo no Brasil

Assim como nos Estados Unidos e nas nações europeias, o feminismo se apresentou em formas de ondas no Brasil. Em uma periodicidade quase que simultânea, os movimentos em prol de direitos sociais e civis chegaram para as mulheres latino-americanas e brasileiras celeremente (TELES, 1999). Assim, se destacam, tal como nos Estados Unidos e em outras representações dos movimentos feministas, três ondas distintas: a primeira onda, a partir de 1910; a segunda onda, a partir da década de 1950, substancialmente marcada por questões atreladas a democratização; e a terceira onda nos anos 1990 (PINTO, 2003; COMIN, 2021).

Dessa forma, a primeira onda se sustentava, principalmente, pela reivindicação das mulheres pelo direito ao voto, isto é, lutavam em prol de seus direitos políticos (PINTO, 2003). O nome que desponta durante este período é o de Bertha Lutz: uma das responsáveis pela fundação da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino (FBPF) em 1922, percussora do estatuto da Mulher e importante ativista presente nos conselhos mais representativos da época (PINTO, 2003; TELES, 1999; COMIN, 2021). A FBPF se ligava, em seu cerne, nas lutas pelo direito ao voto, mas também pelos direitos ao trabalho e foi categoricamente perdendo seu domínio a partir de 1937 (PINTO, 2003, p. 28; RIBEIRO, 2018).

Apesar das lutas reivindicatórias da primeira onda começarem no início do século XX, o direito ao voto só obteve um desfecho após a Revolução de 30, em 1932, com a inclusão da mulher no novo código eleitoral, agora portadora do direito de votar e ser votada (PINTO, 2003; TELES, 1999). O movimento desta primeira fase, entretanto, encontra suas limitações, destacadas por Pinto (2003, p. 14): “[...] nunca define a posição de exclusão da mulher como decorrência da posição do homem”. Além disso, como nos Estados Unidos e em outros países, essa primeira manifestação

foi liderada por mulheres que faziam parte de grupos dominantes e agiu conforme, e dentro dos limites, do que a elite permitia, conseguindo respeito e notoriedade justamente pela classe que fazia parte (PINTO, 2003).

Na segunda onda, entre 1950 e 1980, o debate feminista ganhou profundidade ao se conectar ao período de instabilidade democrática, refletido através da Ditadura Militar de 1964. Como pontua Pinto (2003), o cenário externo de revolução e “efervescência” política vivenciado pelos Estados Unidos e na Europa não era compatível com os terrores da ditadura brasileira. Neste ínterim, esta nova fase do movimento feminista se concentrou, principalmente, na valorização do trabalho feminino e debates inerentes ao direito reprodutivo, como Comin (2021, p. 276) enfatiza “[...] O debate se concentrou em torno das múltiplas opressões que as mulheres sofriam, e que as levou a se unirem e se perceberem enquanto coletividade capaz de provocar mudanças na sociedade.”

Nesse momento, destaca-se a movimentação das mulheres pertencentes à classe média e populares, que se intensifica a partir da década de 70 e vai ganhando força conforme o movimento feminista avança (PINTO, 2003). Em 1972 nascem os primeiros grupos feministas em consonância com o novo feminismo, isto nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, mas estes detinham uma natureza muito privada. De tal modo, em 1975, a Organização das Nações Unidas (ONU) define este período como o Ano Internacional da Mulher que culminou, em solo brasileiro e por intermédio dos grupos feministas privados, na realização de um evento no Rio de Janeiro que possibilitou a criação do Centro de Desenvolvimento da Mulher Brasileira (PINTO, 2003). Essa instituição foi essencial para a problemática que rondava o movimento e para se fazer presente também em esfera pública:

O centro nasceu sob a égide de dois pólos de censura e repressão: um deles era o regime militar, que na época via com desconfiança qualquer tipo de mobilização. A ameaça era muito presente entre as fundadoras do centro, pois muitas estavam ligadas por atividades anteriores ou por laços de família a opositores do regime. O próprio fato de fundar uma instituição com estatuto legal e público estava associado à preocupação de não dar margem a suspeitas de que poderia estar organizando algo clandestino ou pouco aceitável. O outro pólo era o centro, que, assim como toda a militância feminista da época, sofria um acirrado patrulhamento por parte dos grupos de esquerda e daqueles que lutavam contra a ditadura militar de um modo geral. [...] (PINTO, 2003, p. 57-58)

Em igual progresso, se desenvolviam os debates sobre gênero e raça no Brasil, a partir de 1970, impulsionados pelos ensaios de Betty Friedan, com a *Mística Feminina* (1963), *Política Sexual* (1969) de Kate Millett e a tese de Heleith Saffioti

denominada “Mulher na Sociedade de Classes: Mito e Realidade” (1967) (COMIN, 2021; RIBEIRO, 2018). A última ação que assinala a segunda onda feminista é a que se materializa na Constituição de 1988, onde se marca, de forma inédita, a presença das mulheres no âmbito político e a consagração de direitos para este grupo sendo expressa diretamente no documento. A Carta das Mulheres, promovida pelo Conselho Nacional da Condição da Mulher (CNDM)<sup>6</sup>, é considerada uma das maiores manifestações do movimento e, em seu texto, defendia a justiça social, os direitos de propriedade, a defesa da integridade física e psíquica da mulher, a criação do Sistema Único de Saúde, a reforma tributária e muitas outras resoluções (PINTO, 2003).

O período que incorporava a Constituição de 1988 e seus anos posteriores, até 1990, contemplavam a redemocratização do país e levava o feminismo brasileiro para sua terceira onda (COMIN, 2021). Pinto (2003) caracteriza essa década como a de um “feminismo difuso”, que não possuía a efervescência dos movimentos da onda anterior e ainda detinha defensores que não se identificavam como feministas. A principal configuração dessa época, no entanto, é a eclosão de muitas organizações não governamentais (ONGs), institucionalizadas nas mais distintas pautas, como aquelas relacionadas às mulheres rurais, mulheres prostitutas, mulheres parlamentares, mulheres negras e mulheres portadoras do Vírus da Imunodeficiência Humana (HIV) (PINTO, 2003). Um dos pontos que pode estar relacionado ao surgimento dessa difusão no movimento, conforme aponta Pinto (2003), é justamente a crítica ao modelo de feminismo pautado na experiência da mulher branca, intelectual, de classe média, majoritariamente representada pelo movimento.

O movimento feminista, em suma, pode ser contemplado pela visão de Céli Regina Jardim Pinto (2003):

[...] o movimento feminista brasileiro deve ser entendido: é um movimento que luta por autonomia em um espaço profundamente marcado pelo político; defende a especificidade da condição de dominada da mulher, numa sociedade em que a condição de dominado é comum a grandes parcelas da população; no qual há diferentes mulheres enfrentando uma gama de problemas diferenciados. (PINTO, 2003, p. 46)

De tal modo, a terceira onda ainda pode ser colocada como a emergência de um feminismo que se preocupa, prioritariamente, com a crítica ao universalismo e sua forma de exclusão. Portanto, como nos Estados Unidos, o nome de Judith Butler se

---

<sup>6</sup> O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CDBM) foi uma conquista de uma mobilização iniciada na Campanha Diretas-Já, no ano de 1983, partindo da iniciativa de 40 mulheres do partido PMDB. Criado em alicerce ao Ministério da Justiça, sua maior intervenção esteve ligada a sua participação na Constituição de 1988 (PINTO, 2003).

destaca, pois a autora aborda questões de gênero e a desconstrução da dicotomia do masculino/feminino como únicas formas representação da categoria (RIBEIRO, 2018). Nesse sentido, esta terceira onda pode ser descrita como aquela que agrega conceitos de interseccionalidade, teoria Queer, classe, gênero, raça-etnia e outras pautas que explorem a diversidade das experiências da mulher (COMIN, 2021).

A figura 4 ilustra a linha temporal que acompanha o desenvolvimento do feminismo no Brasil:



**Fonte:** Elaborado pela autora (2025)

### 3.2 O campo de estudo sobre a Economia Feminista

A Economia Feminista é um campo de estudo que surge nos anos 1980, por intermédio da criação da Associação Internacional para Economia Feminista (IAFFE), e se estrutura formalmente na década de 1990, através do painel na conferência anual da American Economic Association (FERNANDEZ, 2008; TEIXEIRA, 2018). A conferência é o local onde é apresentado uma série de artigos que, em 1993, serão publicados em *Beyond Economic Man: Feminist Theory and Economics*, de autoria de Marianne Ferber e Julie Nelson (FERNANDEZ, 2008). Segundo Teixeira (2018), a economia feminista viria a se consolidar como uma alternativa crítica à economia dominante, revestida pelo arcabouço da teoria feminista e pontua “[...] qualquer

abordagem sobre a economia feminista deve considerar, necessariamente, a crítica à economia predominante ou neoclássica” (p. 140).

Considerando esse aspecto, no centro de seu corpo teórico, a Economia Feminista questiona a neutralidade metodológica e os pressupostos tradicionais da economia, tal como o conceito de racionalidade econômica, e propõe uma redefinição do objeto de estudo com o intuito de focar na sustentabilidade da vida humana e na visibilidade do trabalho feminino em cada esfera que ele toca, como o doméstico, o reprodutivo e o informal (FERNANDEZ, 2008; TEIXEIRA, 2018). Segundo Pérez Orozco (2005), essa corrente indaga a divisão sujeito/objeto, a ideia de um sujeito abstrato e a suposta neutralidade valorativa do conhecimento científico, elucidando como os interesses de quem produz estão intrinsecamente associados aos conteúdos que são produzidos.

Teixeira (2018) reafirma os propósitos da Economia Feminista em consonância com a utilização de abordagens teóricas alternativas:

Esse é um dos propósitos da economia feminista: revelar esses efeitos perversos e essas relações desiguais de poder e desmistificar a neutralidade da economia tradicional. [...] Além disso, ela também se propõe a desenvolver novas perspectivas e novas formas de ver o mundo social e econômico que permitam tornar visível o que tradicionalmente a economia predominante não revela. (TEIXEIRA, 2018, p. 137-138)

Devido à sua formação recente, a Economia Feminista não possui uma origem única e bem delineada. As economistas que se dedicam a esse campo, portanto, vêm de diferentes correntes do pensamento econômico, como o neoclássico, o institucionalista, o marxista, entre outros. Como resultado, suas análises frequentemente resultam em conclusões variadas e, por vezes, divergentes. No entanto, o que conecta esses pesquisadores dentro da mesma vertente teórica é a utilização do conceito de gênero como ferramenta indispensável para suas análises (FERNANDEZ E BOHN, 2021). De tal modo, a economia feminista virá a se diferenciar das abordagens econômicas predominantes, e de outras escolas de pensamento, por colocar em foco a questão de gênero, analisando tanto fenômenos específicos quanto as implicações de decisões macroeconômicas. Essa perspectiva destaca o ideário de gênero, frequentemente negligenciado e ignorado pelas demais correntes econômicas (TEIXEIRA, 2018).

Assim como menciona Cristina Carrasco (2006), a consolidação da Economia Feminista como campo teórico tem impulsionado sua evolução em pesquisa e a ampliação do conhecimento. Nesse processo, surgem linhas de investigação que

apresentam abordagens divergentes. Essas distinções teóricas merecem destaque, sendo a primeira delas a diferença entre economia de gênero e economia feminista. Para Antonella Picchio (2005), a economia de gênero é aquela que se propõe a traçar as desigualdades entre os agentes observados, sem, contudo, questionar o panorama teórico que mantém essas desigualdades. Entendendo de outra forma:

Nos estudos sobre a evolução do pensamento relativo ao gênero em diferentes disciplinas do conhecimento, uma divisão recorrente é aquela que diferencia entre os modelos que não questionam os marcos existentes e os que, de fato, os questionam. Os primeiros aceitam esses marcos como dados e exigem que, neles, as mulheres sejam incorporadas tanto como sujeito quanto como objeto de estudo. [...] A economia de gênero é a vertente econômica desses enfoques; nela, podemos reconhecer duas correntes centrais: os estudos de equidade e o empirismo feminista. (PÉREZ OROZCO, 2005, p. 46-47, tradução nossa)

A Economia Feminista, portanto, diferencia-se da economia de gênero ao questionar as bases teóricas sustentadas pelas economias *mainstream*, isto é, indaga as estruturas que perpetuam as desigualdades. Posteriormente, outra distinção relevante dentro desse campo reside em sua abordagem crítica não linear, que se desdobra em duas classificações principais: ruptura e conciliação. Nesse sentido, a economia feminista de conciliação, partindo do apontado resumidamente por Carrasco (2006) e em consonância com as ideias de Picchio (2005) e Pérez Orozco (2005), busca reformular estruturas já consolidadas. Seu principal papel estará na tarefa de agregar novas metodologias com as pré-existentes. Nessa perspectiva, o objeto de estudo inclui fundamentos econômicos e das concepções acerca do trabalho, ressaltando a necessidade de reconhecer e valorizar as atividades desempenhadas pelas mulheres, estas que foram historicamente invisibilizadas pela teoria econômica (TEIXEIRA, 2018).

Em contrapartida, a economia feminista de ruptura, em adequação ao seu próprio nome, busca romper com a estrutura pré-estabelecida, defendendo a superação do modelo dicotômico como forma de desenvolver novos paradigmas mais adequados para a análise socioeconômica (CARRASCO, 2006). Com esse propósito, essa abordagem salienta a necessidade do estudo de atividades que se adequem a sustentabilidade e manutenção da vida humana, propondo uma análise que englobe tanto as desigualdades entre mulheres e homens quanto as relações de poder subjacentes a essas dinâmicas (TEIXEIRA, 2018; CARRASCO, 2006; PÉREZ OROZCO, 2005).

Em síntese, a Economia Feminista esbanja um centro teórico plural, empenhada em abordar múltiplos focos de estudo. Entre eles, destacam-se as análises sobre o comportamento presente no mercado de trabalho, a divisão sexual do trabalho e a relação entre o trabalho remunerado e não remunerado (TEIXEIRA, 2018). Dessa forma, as seções subsequentes apresentarão estes principais eixos que endossam o pensamento das economistas feministas, tanto em seus estágios iniciais quanto nas pesquisas atuais, isto é, serão discutidas questões acerca da desigualdade de gênero e toda a gama de implicações no âmbito do trabalho.

### 3.2.1 As desigualdades de gênero

O conceito de gênero pode ser estruturado através de diferentes abordagens, partindo das teorias que constituem, primeiramente, o movimento feminista. A filósofa feminista, Judith Butler, em *Problemas de gênero: Feminismo e subversão da identidade* (1990), enfatiza uma perspectiva performática para a compreensão de gênero. O enfoque, desta forma, está em problematizar o conceito de gênero como uma identidade que seja estável ou fixa, argumentando que ele é fruto, na verdade, de práticas sociais repetitivas. Ademais, Butler ressalta como as categorias associadas ao gênero são moldadas por sistemas jurídicos e estruturas de poder que legitimam determinados sujeitos enquanto excluem outros (BUTLER, 2024). A filósofa ainda destaca um adendo ao processo de produção crítica do feminismo: “[...] A crítica feminista também deve compreender como a categoria das “mulheres”, o sujeito do feminismo, é produzida e reprimida pelas mesmas estruturas de poder por intermédio das quais se busca a emancipação” (BUTLER, 2024, p. 20).

Para tanto, Simone de Beauvoir quando disserta que “Ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 2019b, p. 11), ilustra que a concepção do feminino não é um dado natural, não é inato. A autora procede esta citação em *O Segundo Sexo* rejeitando determinismos e enfatizando que “Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário [...] que qualificam o feminino” (BEAUVOIR, 2019b, p. 11). Nesse sentido, é um conjunto de fatores históricos, culturais e sociais que moldam a questão de gênero. Sob a perspectiva da Economia Feminista, Fernandez e Bohn (2021) destacam que a utilização de gênero como categoria analítica permite tecer teorias sobre as desigualdades existentes entre

homens e mulheres, que são oriundas de papéis sociais distintos e relações de poder díspares. O enfoque nesse conceito é fundamental para reivindicar a inclusão de problemas específicos enfrentados por mulheres, como substancialmente relevantes do ponto de vista econômico (FERNANDEZ E BOHN, 2021; FERNANDEZ, 2008).

Destarte, o que se sobressai de toda a análise tecida acerca da categoria gênero, até aqui mencionada, é sua ligação direta com as estruturas de poder vigentes e sua interação com as esferas sociais e culturais que compõe a sociedade. Apesar das modificações nas abordagens apresentadas por cada autora, o cerne reside na construção do conceito de gênero através de uma normatização, regulação e perpetuação da sua ideia pelo sistema que representa a sociedade. O gênero, portanto, torna-se o “cerne conceitual” do programa de pesquisa da Economia Feminista, usado amplamente para questionar as estruturas hierárquicas e sexistas dentro da disciplina (COSTA, 2022, p. 15).

Sob essa abordagem, para efetivar a compreensão das implicações do conceito de gênero dentro da produção acadêmica da Economia Feminista, é necessário também refletir sobre a noção de neutralidade que frequentemente se sustenta nas ciências tradicionais. Pérez Orozco (2005, p. 53) destaca: “mulheres cujas vozes têm menor espaço em um contexto de hegemonia ocidental na produção de conhecimento”<sup>7</sup>, apontando a persistente marginalização feminina no campo acadêmico. Nesse sentido, as mulheres têm sido sistematicamente privadas da construção de uma história própria, sendo confinadas aos “sistemas de símbolos” regidos pela hegemonia masculina, que, por sua vez, se configuraram na monopolização das definições do sistema que rege a sociedade e na privação educacional das mulheres. A consequência desta estrutura é que os homens assumiram o centro do discurso e definiram o conhecimento e a cultura, caracterizando-se como a norma e a mulher como o desvio (LERNER, 2020).

Lerner (2020) explica como a diferença de uso do tempo entre homens e mulheres implicava em uma exclusão da figura feminina dentro da produção de ciência, limitando não só sua participação na construção do pensamento abstrato, mas também do conhecimento acadêmico:

De maneira universal, mulheres de todas as classes tinham menos tempo livre do que os homens e, em razão da criação dos filhos e da servidão familiar, o tempo livre que tinham em geral não lhes pertencia. O tempo de homens pensadores, seu tempo de se dedicar ao trabalho e aos estudos,

---

<sup>7</sup> Tradução nossa.

desde o início da filosofia grega, é respeitado como algo privativo. (LERNER, 2020, p. 279)

Ao longo da história, Perez (2022) elucida, a perspectiva e a experiência feminina foram tratadas com caráter periférico, enquanto a visão masculina assumiu papel de destaque e se tornou universal. Isso culminou em um isolamento das mulheres, frequentemente sendo “ignoradas e dispensáveis” nas narrativas históricas, culturais e para os dados, nesse sentido, “[...] as mulheres tornam-se invisíveis” (PEREZ, 2022, p. 40). Esse processo se sustenta por um dualismo simbólico, em que valores associados ao masculino, considerados objetivos e universais, são privilegiados em relação aos valores femininos, que são tidos como subjetivos e específicos. Esse dualismo reforça a predominância do “rigor masculino” (*hardness*) – caracterizado por ser estrito e preciso – em detrimento das abordagens alternativas vinculadas ao feminino (*softness*), vistas como vagas e imprecisas (FERNANDEZ, 2008, p. 366). Como consequência, as mulheres são frequentemente confinadas a uma existência subordinada, forçadas a escolher entre viver uma vida de mulher, com o encargo das responsabilidades cotidianas, ou viver uma vida que desafiará o sistema de sexo-gênero, como as que optam por abnegar dos papéis tradicionais (LERNER, 2020).

Sob essa perspectiva, a economia feminista sustenta as discussões que permeiam suas pesquisas. Como destaca Carrasco (1999), a introdução da categoria de gênero evidenciou a insuficiência das teorias das ciências sociais, ao demonstrar sua incapacidade não apenas de explicar, mas também de abordar de forma adequada a desigualdade social entre homens e mulheres. Nesse sentido, questões ligadas ao trabalho - remunerado ou não remunerado -, às estruturas dicotômicas patriarcais, à implementação de políticas e à outros campos de conhecimento da disciplina, abrangem e analisam as desigualdades de gênero e suas dinâmicas.

### 3.2.2 Divisão Sexual do Trabalho e o Trabalho Não-Remunerado

Outra base estrutural, um elo entre as crescentes demandas das lutas feministas e o aspecto econômico, é a exploração presente nas relações de trabalho, refletindo-se na divisão sexual do trabalho. Essa segregação transcende questões sociais e se estabelece como um pilar para a organização dos indivíduos, manifestando-se tanto no trabalho doméstico não remunerado quanto nas funções remuneradas (BIROLI, 2016).

Essa divisão, consoante ao escrito de Federici (2023), que orienta ambas as formas de trabalho, chegou ao auge no século XIX, onde toda atividade exercida dentro do âmbito doméstico se tornou invisível, pois não supria a necessidade de acumulação de capital que o novo sistema econômico – o capitalista – requeria. Além da segregação do trabalho doméstico, que foi sujeito a uma escala inferior, muitas mulheres foram excluídas de ocupações que eram assalariadas. As poucas que se mantiveram dentro de um ofício remunerado eram, em maioria, mal pagas. Tendo isso em vista, a divisão de trabalho que se originou daí colocou as mulheres da época em favor de serviços reprodutivos e mais dependes financeiramente dos homens (FEDERICI, 2023).

Desta forma, a divisão sexual do trabalho (DST), vinculada ao sistema capitalista patriarcal, apresenta-se como estruturalmente desigual e coercitiva, mantendo as mulheres afastadas dos espaços econômicos e políticos. Tal dinâmica se manifesta tanto nas relações familiares quanto no acesso díspar a recursos e oportunidades e assim se perpetua um sistema social fundamentado no dinheiro, no lucro e na lógica de mercado (OLIVEIRA e PEREIRA, 2023). Para além, a DST caracteriza-se, primordialmente, ao designar os trabalhos desempenhados por mulheres à escala de reprodutivos, enquanto o homem é designado para o âmbito da produção, sendo desvalorizada toda atividade feita essencialmente por mulheres (KERGOAT, 2009; FEDERICI, 2023).

Lerner (2020) ilustra como funciona uma relação econômica favorável ao desenvolvimento da mulher, em contrapartida aos eventos do século XIX:

Onde a mulher tem relativamente mais poder econômico, ela é capaz de ter, de certa maneira, mais controle sobre sua vida do que em sociedades onde ela não tem nenhum poder econômico. Do mesmo modo, a existência de grupos, associações ou redes econômicas de mulheres serve para aumentar a capacidade das mulheres de neutralizar as imposições de seu sistema patriarcal particular (LERNER, 2020, p. 272).

Para Kergoat (2009), a divisão social do trabalho possui duas vias: separação, onde há trabalhos que são associados aos homens e outros que são automaticamente relacionados às mulheres; e hierarquização, na qual o trabalho do homem possui caráter valorativo superior ao que é desempenhado por uma mulher. A construção do próprio capitalismo, como bem pontua Federici (2023), é apontada como responsável pela perpetuação deste sistema androcêntrico. Ao reforçar a importância do “cidadão ideal” como um trabalhador masculino assalariado, a chamada “cultura política do capitalismo organizado” eclipsava toda atividade que não se encaixava dentro dos

moldes, como o trabalho não-assalariado, caracterizado pelos cuidados à família e o trabalho reprodutivo (FRASER, 2009, p. 16). Não é surpreendente, portanto, que a figura historicamente associada a essas duas atividades às sombras do sistema capitalista seja a mulher.

Neste ponto, se delinea outro tema que agrega ao debate da economia feminista: o trabalho não-remunerado e suas implicações dentro de toda a esfera do estudo do trabalho. Para tanto, o termo frequentemente utilizado no aspecto teórico de pesquisa é o que se chama de “trabalho invisível” que, de acordo com Fernandez (2021), compreende os afazeres domésticos e o trabalho de cuidado. Vieceli e Teixeira (2023) enfatizam o caráter essencial do debate sobre essas questões dentro da economia feminista, visto que, é com essa análise que se entende os pontos de interdependência entre os agentes e há a ênfase no estudo da sustentabilidade da vida. Fernandez (2021) aponta que, dado à progressiva inserção da mulher no mercado de trabalho, o impacto nos serviços feitos no ambiente doméstico não pode ser ignorado pela ciência econômica e pontua:

[...] a ciência econômica é chamada a encaminhar: a valorização do trabalho remunerado em face do trabalho não-remunerado e a repartição do tempo entre ambos os tipos de atividades são questões que afetam em cheio as mulheres e não tão diretamente os homens, e se afetam, pelo menos não o fazem com a mesma intensidade.” (FERNANDEZ, 2021, p. 70)

É imperioso, portanto, que a economia feminista se debruce acerca das questões que são levantadas pelas implicações do trabalho não-remunerado. Apesar de estarem em constante movimentação de entrada no mercado de trabalho remunerado, as mulheres, em linhas gerais, “executam três vezes mais trabalhos domésticos não-remunerados do que os homens” (PEREZ, 2022, p. 56). Isso implica em uma análise que interliga os setores públicos e privados, o remunerado e não remunerado, avaliando quais os impactos que um acarreta sobre o outro (FERNANDEZ, 2021). Além disso, a crítica deste aspecto também engloba a exclusão do trabalho doméstico nas teorias econômicas tradicionais que culmina, necessariamente, na invisibilização destas atividades em cálculos da produção nacional (FERNANDEZ, 2008).

### 3.3 O mainstream econômico

Na obra *A Filosofia Econômica* de Joan Robinson, a autora analisa os elementos centrais presentes na concepção e construção de um sistema econômico.

Ela argumenta que, ao observar um sistema de fora, surgem comparações que revelam a possibilidade de alternativas, sugerindo que o sistema não é o único viável. Nesse contexto, Robinson enfatiza que, ao ser submetido a tais escolhas, somos influenciados por nossos preconceitos, que se perpetuam mediante às vivências cotidianas. Como ela mesma afirma, "não podemos fugir dos nossos hábitos de pensamento" (ROBINSON, 2022, p. 36). É neste sentido que se torna pertinente uma análise do sistema econômico que hoje predomina e faz parte das bases das políticas públicas – o chamado *mainstream* econômico.

Assim como Robinson sugere, a visão de mundo implícita nesse modelo influencia a forma como interpretamos a economia. Com ênfase em sustentar princípios aparentemente neutros e universais, o *mainstream* oculta limitações e vieses, os quais têm sido amplamente criticados por abordagens alternativas, como a Economia Feminista. Dessa forma, o presente capítulo examina as características centrais da economia dominante, suas fragilidades e os impactos dessas concepções sobre a análise econômica contemporânea.

### 3.3.1 Uma visão geral das críticas ao *mainstream* econômico

O *mainstream*, em sua tradução literal, é dado como a corrente principal ou convencional. Neste caso, a corrente principal ou dominante que rege as teorias econômicas. Colander, Holt e Rosser (2004) definem o *mainstream* como as ideias que são consideradas válidas pela elite da profissão, promovidas por indivíduos que ocupam posições de destaques em instituições acadêmicas, em especial as de pós-graduação, em um dado período. Compartilhando sua percepção, Dequech (2007) conceitua a economia dominante de forma sociológica, não definindo-a por uma coerência teórica e metodológica, mas fixando-a como um conceito não estático, abrigando até mesmo ideias contraditórias entre si e mudando conforme as conceituações mais prestigiadas também evoluem.

Apesar de não ser ligada essencialmente a nenhuma escola específica, como enfatizam ambos os teóricos, um ramo da economia segue constantemente entrelaçado ao *mainstream*: o pensamento neoclássico. Embora com uma presença relativamente enfraquecida, a teoria neoclássica detém um subconjunto presente na economia convencional atual (DEQUECH, 2007) e se caracteriza pela análise do comportamento de indivíduos plenamente racionais e perfeitamente informados,

operando em um ambiente estático (COLANDER; HOLT; ROSSER JR, 2004). O subconjunto que vem a fazer parte em larga escala no *mainstream* se mostra como a ortodoxia neoclássica, regida, principalmente, por Léon Walras, Alfred Marshall, Gossen, Jevons e Menger (COLANDER; HOLT; ROSSER JR, 2004; MIRA, 2011).

As ideias estritamente ligadas ao ramo da economia neoclássica e, conseqüentemente, ao *mainstream*, ainda incluem o formalismo matemático e o individualismo metodológico (DEQUECH, 2007). Esses últimos são essenciais para entender qual a principal crítica da Economia Feminista acerca da economia dominante. Nesse sentido, Teixeira (2018) argumenta que, embora outras escolas econômicas também tenham negligenciado a perspectiva de gênero, a crítica à escola neoclássica se torna central por ser a base das políticas econômicas predominantes e do ideário neoliberal, o qual sustenta desigualdades sociais e econômicas. Segundo a autora, seus pressupostos reforçam uma divisão social e sexual do trabalho, posicionando as mulheres na economia como reprodutoras da força de trabalho.

Robinson (2022) é incisiva e sua crítica enfatiza a participação dos teóricos neoclássicos nos moldes de opinião pública e na prática do ensino:

A herança neoclássica ainda tem muita influência não só sobre o ensino da economia como também sobre a formação da opinião pública em geral, ou pelo menos em fornecer os seus *slogans* à opinião pública. Mas quando se trata da questão real, não tem nada concreto a dizer. Seus praticantes atuais se refugiam na construção de manipulações matemáticas cada vez mais elaboradas e em ficar cada vez mais irritados quando alguém lhes pergunta o que é que eles deveriam estar manipulando. (ROBINSON, 2022, p. 180)

De acordo com Périvier (2023, p. 38), “[...] A passagem da economia clássica para a economia dita “neoclássica” está repleta de conseqüências, pois os neoclássicos deixam de questionar explicitamente a ética e a justiça”. Fundamentada no conceito do *homo economicus*, agente independente, com preferências constantes ao longo do tempo, racional e orientado estritamente para a maximização da utilidade esperada, a escola neoclássica ignora demais comportamentos humanos e enfatiza um ser intrinsecamente egoísta, impossibilitado de fazer qualquer outra ação que não esteja relacionada ao interesse próprio (FERNANDEZ, 2018; PÉRIVIER, 2023). Nesse ponto, o *homo economicus* incorporaria uma identidade irreal que, em tese, deveria representar um agente econômico real:

[...] O *homo oeconomicus* é o protótipo de um indivíduo do gênero masculino, adulto, que não precisa cuidar das obrigações da casa, criar filhos, cuidar dos enfermos da família e nem dos pais idosos. Nesse sentido, o homem econômico, por um lado, não pode representar 50% da humanidade composta por homens. Tampouco representa adequadamente o

comportamento dos restantes 50% composto por mulheres. [...] (FERNANDEZ, 2018, p. 566)

Como Fernandez (2008) destaca, a escola neoclássica se afasta substancialmente do sujeito humano como aquele que determina valor e cria uma atmosfera de racionalidade extrema onde tudo pode ser analisado através de um modelo científico. Nesse sentido, cria-se “um fenômeno objetivo e a-histórico” (2008, p. 367), longe de qualquer cenário onde a racionalidade deixa de existir ou qualquer outra manifestação que considere as ocorrências de opressão, dominação, justiça, ética e as próprias relações sociais (PÉRIVIER, 2023). É neste tocante, portanto, que o neoclassicismo negligencia as discussões de gênero dentro da economia e seus debates acerca das diferenças sociais aqui embutidas (FERNANDEZ, 2018).

O *homo economicus* ainda pressupõe outro ponto que enfatiza o reducionismo de discussões: a identidade da família como a de uma firma. Dessa forma, os integrantes dessa família alocam o tempo disponível em prol da “maximização da utilidade marginal (neste caso, coletiva) condicionada às restrições de tempo e renda, seguindo a teoria neoclássica tradicional.” (PICCHIO, 2018, p. 85). Para Picchio (2018), há algumas implicações: a substituição do trabalho doméstico pelo trabalho assalariado e a certeza de que a família se comportará em perfeita sincronia para o alcance desta utilidade. Nesse sentido, as conjecturas do *homo economicus* ignoram, destacando características já mencionadas das teorias neoclássicas, relações sociais que condicionam, em primazia, as mulheres aos trabalhos domésticos – sentenciando-as não somente ao trabalho remunerado, mas também ao não-remunerado em uma dupla jornada – e aspectos culturais que moldam a estrutura de divisão dos trabalhos domésticos (PICCHIO, 2018).

Ademais, a visão reducionista que os neoclássicos possuem se materializa na utilização da matemática em funções restritivas, que limitam a compreensão dos diversos fatores envolvidos. Nesse contexto, o modelo econômico tradicional aposta que, assumindo métodos matemáticos, garante a objetividade e a imparcialidade nas análises. Entretanto, se ater somente aos aspectos que podem ser formalmente modelados, restringe as possibilidades e a expansão do objeto de estudo (FERNANDEZ, 2008). Assim, pondera Teixeira (2018), a adoção destes modelos matemáticos reforça a presença do individualismo do homem econômico<sup>8</sup>, um

---

<sup>8</sup> Tradução literal do latim “*homo economicus*”.

indivíduo desvinculado dos fenômenos do mundo real que, ao serem excluídos da centralidade da análise, limitam a compreensão do dito mundo econômico.

É dentro dos aspectos de obter uma análise que envolva o cultural, o histórico e o social, que a Economia Feminista se contrapõe tão fortemente aos estudos contidos na teoria neoclássica. Nas propostas de economias alternativas, o questionamento do *mainstream* econômico e do papel relegado das mulheres é central nas discussões. Nesse sentido, seguindo o postulado de Périvier (2023) de que o pensamento dos primeiros economistas foi fortemente influenciado pelas normas, crenças e costumes de um mundo patriarcal, a Economia Feminista apresenta o ideal de que o objeto de estudo seja definido antes dos métodos que serão utilizados para sua análise. Além disso, há a proposta de que o próprio objeto ganhe uma redefinição fixada na economia como provisão social, ou seja, subentende-se que a atividade econômica, nesta perspectiva, se basearia na organização coletiva das pessoas para produzir e distribuir os recursos primordiais à sobrevivência. Esse entendimento coloca em evidência a criação e a oferta de bens, produtos e serviços indispensáveis e prioritários para garantir a continuidade da vida humana (POWER, 2004; FERNANDEZ, 2008).

Em consonância com a redefinição de objeto, Bohn e Catel (2023) argumentam que, ao "feminizar o agente econômico" (p. 697), é possível dispersar o foco tradicional da economia, que tende a negligenciar as atividades da esfera doméstica, atribuindo-lhes um valor econômico significativo. Esse movimento rompe com as hierarquias estabelecidas na economia tradicional e contribui para uma crítica mais ampla das relações de poder entre homens e mulheres. Além disso, a Economia Feminista busca ir além das noções convencionais de crescimento e desenvolvimento econômico, propondo uma visão mais sustentável da vida, que reconhece e valoriza as contribuições femininas em esferas historicamente longe dos centros.

Análogo a isto, Fernandez (2018) enfatiza a importância da Economia Feminista para sanar as problemáticas que são oriundas do *mainstream* econômico:

Como o paradigma econômico tradicional se tem mostrado incapaz de tratar de forma adequada esta realidade, parece ter se tornado claro que o avanço do conhecimento científico na área econômica, aos moldes tradicionais, é insuficiente para atingir o projeto de desenvolvimento com justiça e emancipação social, a partir da concepção de equidade de gênero, objetivo este para o qual as quase três décadas de existência da economia feminista vem lenta, porém continuamente, prestando a sua contribuição. (FERNANDEZ, 2018, p. 580)

Em consonância com a perspectiva da Economia Feminista como abordagem contraposta às lacunas do *mainstream*, conforme já mencionado na introdução, Bohn e Catel (2023) traçaram uma pesquisa expressiva sobre a presença de trabalhos acadêmicos, exclusivamente brasileiros, voltados para a temática da Economia Feminista, dentro do marco temporal de 1990 a 2015. Apesar do pressuposto de um cenário pouco positivo para a problemática do artigo das autoras, os resultados encontrados ainda surpreendem ao revelar discrepâncias significativas no que tange a quantidade e a dispersão das discussões. Nesse sentido, Bohn e Catel (2023) filtram seus resultados, primeiramente, ao destacar que serão analisados somente os trabalhos pertencentes aos estratos B1, B2 e B3, em aspectos de avaliação. Na área da Economia são encontrados, aproximadamente, 40 mil artigos, que, ao passarem pelo filtro de palavras-chave, como sexo, mulher, gênero, feminismo, feminista etc., caem drasticamente para uma amostra de 1.312 artigos.

A partir desse volume, as autoras analisam individualmente cada escrito e o número despenca novamente, totalizando 98 artigos inseridos nas pautas da Economia Feminista. Dentre os fatores que foram responsáveis pela baixa, destaca-se a multidisciplinariedade, com trabalhos que eram voltados para áreas como Saúde e Ciências Sociais, desviando do centro da discussão econômica. Estatisticamente falando, os pertencentes a Economia Feminista totalizava 0,23% do valor inicial das buscas, número irrisório em termos quantitativos, mas ainda importante no que concerne as discussões levantadas em cada um deles. Bohn e Catel (2023) elucidam as consequências destes resultados:

A baixa visibilidade da Economia Feminista reforça a marginalidade na discussão científica da Ciência Econômica, dificultando a divulgação das ideias, a apropriação do debate para a realidade nacional e a definição de um marco teórico mais adequado às experiências dos homens e mulheres brasileiros, marcadas pela grande diversidade e pela interseccionalidade. (BOHN; CATEL, 2023, p. 709)

Embora a produção acadêmica ainda esteja em um estágio baixo de disseminação, Bohn e Catel (2023) apontam para uma expansão das publicações nos anos analisados nesta pesquisa. Nesse sentido, ressaltam que “além de menos representativos, a influência deles no debate acadêmico é pequena, embora trazendo grandes contribuições teóricas” (BOHN; CATEL, 2023, p. 713). Desta forma, em conformidade de análise do estado de produção acadêmica da Economia Feminista, em parâmetros temporais mais recentes, o próximo capítulo se desenvolve apontando novas estimativas acerca desta temática.

## 4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

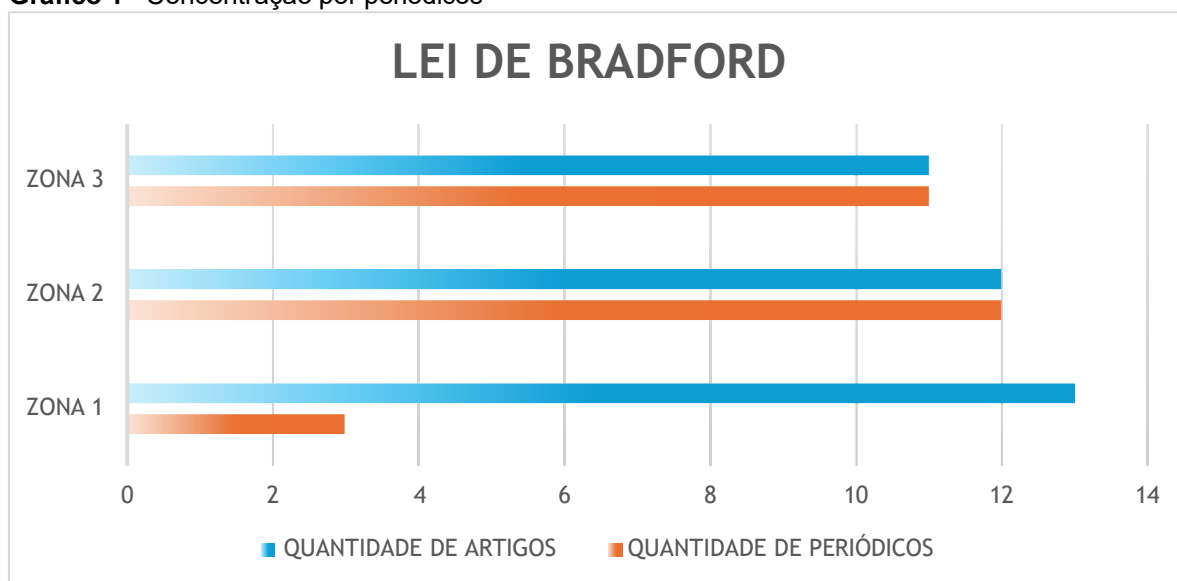
Em vista do exposto acerca da natureza metodológica deste trabalho, o presente capítulo visa apresentar os resultados quantitativos da pesquisa bibliométrica e, posteriormente, uma breve descrição dos artigos selecionados.

### 4.2 Análise Quantitativa

Baseada nos aportes teóricos metodológicos citados na introdução e no tópico anterior, esta seção analisará quantitativamente, através das leis clássicas bibliométricas e das concentrações institucionais, anuais e geográficas, a amostra selecionada para esta pesquisa.

#### - Lei de Bradford

Como bem pontuado na introdução, para a aplicação da Lei de Bradford é necessário a identificação dos periódicos que dão maior vazão ao tema. Para isso, conforme Araújo (2006) explica, é necessário somar a amostra total e dividir em três grupos, também chamadas de zonas, com quantidades iguais de publicações. A partir disso, “o grupo que tiver mais artigos, até o total de 1/3 dos artigos, é o “core” daquele assunto” (ARAÚJO, 2006, p. 15). A intenção é demonstrar que poucos periódicos, situados na Zona 1 ou Núcleo, concentram a maior carga de produção, enquanto nas Zonas 2 e 3 o número de periódicos aumenta, mas com queda no volume de publicações por periódico. Esse comportamento é ilustrado no gráfico abaixo, construída com base na amostra desta pesquisa:

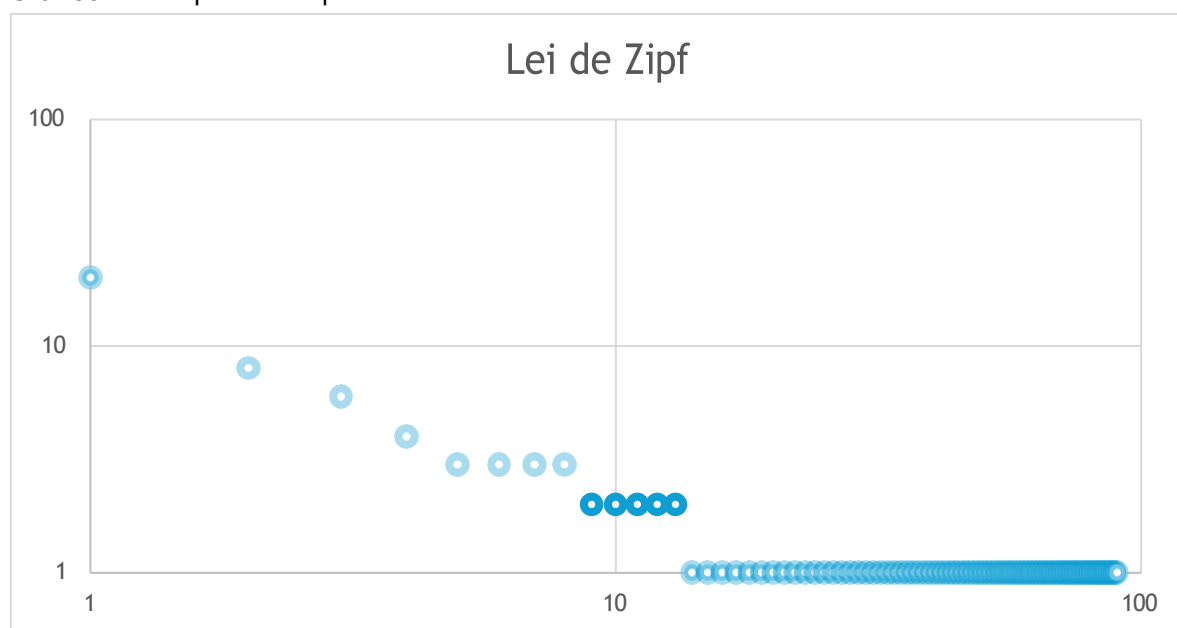
**Gráfico 1** - Concentração por periódicos

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025)

Cada zona no gráfico 1 contém entre 11 e 13 artigos, número que não pôde ser dividido de forma absolutamente exata devido a forma como os artigos se distribuem entre os periódicos. No caso da Zona 1, destacam-se as revistas *Textos de Economia* (6), *Temáticas* (4) e *Estudos Feministas* (3), constituindo o núcleo de maior recorrência temática. Já as Zonas 2 e 3 são compostas por periódicos que publicaram apenas um artigo cada.

### - Lei de Zipf

Para a análise da Lei de Zipf, o propósito é estimar o tema mais recorrente relacionado a determinado campo de conhecimento, nesse caso, o da Economia Feminista. Dessa forma, conforme Araújo (2006) enuncia, uma palavra tende a ser usada muitas vezes e estas irão indicar o assunto principal da produção textual analisada. Para tal averiguação, utilizou-se o quantitativo total de palavras-chaves extraídas de cada um dos artigos selecionados, totalizando 90 expressões (palavras simples e compostas). O resultado desta contagem está ilustrado no gráfico 2.

**Gráfico 2** - Frequência de palavras-chave

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025)

Conforme visualizado no gráfico acima, o primeiro termo se repete 20 vezes na amostra, o segundo alcança 8 repetições, o terceiro 6, o quarto 4 e assim por diante. A “calda” que se forma na representação gráfica indica que muitas palavras/termos atingiram a repetição mínima de 1 cada, com 78 expressões contidas nesse extrato. Nesse sentido, a maior frequência ficou na competência da expressão “*economia feminista*”, resultado esperado, haja vista que fazia parte dos critérios de inclusão da amostra. Já o segundo colocado foi a palavra “*gênero*”, indicando forte discussão da produção acadêmica com o conceito e o terceiro ficou com “*divisão sexual do trabalho*”, significativa base teórica da Economia Feminista.

A distribuição destas expressões, conforme a frequência, pode ser visualizado integralmente em um esquema de nuvem de palavras, ilustrado na figura 3:



contados foi de 67, dentro da amostra de 36, divididos entre uma, duas e três publicações cada. O gráfico 3 demonstra como ficou a distribuição.

**Gráfico 3** - Concentração por autoria



**Fonte:** Elaborado pela autora (2025)

Em um esquema logarítmico, o gráfico apresenta 60 autores publicando somente um artigo cada, 3 autores produzindo dois cada e 2 autores responsáveis por três estudos cada. Apesar de comprovar a máxima de Lotka que poucos autores concentram a maior porcentagem de publicações, a presente amostra não consegue fazer com que os grupos de poucos autores produtivos e muitos autores com baixa produtividade se igualem em quantidades de artigos. Isso pode ser relacionado tanto ao baixo número da amostra quanto à grande diversidade de autores.

Entretanto, estes resultados conseguem alcançar coerência com uma reformulação da Lei de Lotka, discutida por Araújo (2006), e atribuída a Price (1976). Nesse sentido, segundo esta remodelação teórica, 1/3 da literatura científica seria produzida por menos de 1/10 do número de autores. O presente estudo detém 67 autores identificados, com apenas cinco deles, menos de 1/10 do total, sendo responsáveis por 12 artigos, exatamente 1/3 do total de produções analisadas. Isso sugere que, mesmo em amostra relativamente pequena e com uma área dispersa teoricamente, há confirmação de concentração autoral a partir de análise bibliométrica mais recente.

Desta forma, os autores em destaque, nos grupos que produziram além do número mínimo de 1 (um) artigo cada, foram: Brena Paula Magno Fernandez e

Fabiana Sanches Grecco com 3 (três) publicações cada; e Juliane da Costa Furno, Liana Bohn e Marilane Oliveira Teixeira com 2 (duas) publicações cada.

#### - Concentração por ano e distribuição geográfica da produção

Tal como nas demais análises, foi feita a contagem de produções por ano. Desta forma, na *Plataforma de Periódicos CAPES*, dez anos foram identificados: 2008, 2010, 2016, 2018, 2019, 2020, 2021, 2022, 2023 e 2024. O gráfico 4 demonstra como ficou a distribuição da amostra analisada de acordo com cada um dos anos supracitados.

**Gráfico 4** - Distribuição da produção por ano de publicação



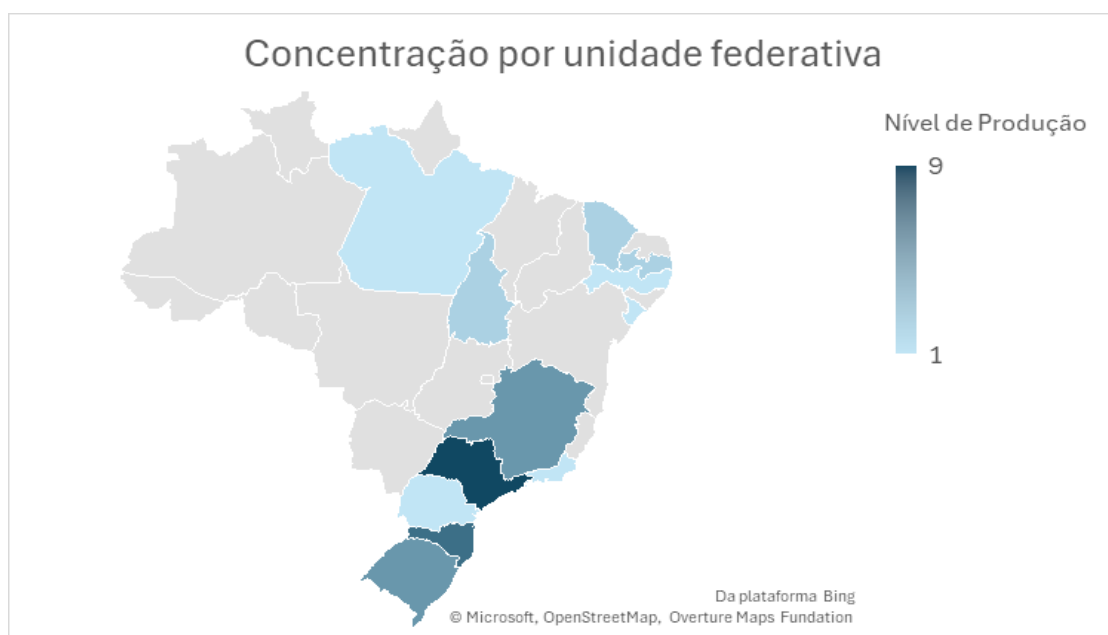
**Fonte:** Elaborado pela autora (2025)

Como ilustrado, os anos não seguiram uma linha contínua, havendo hiatos entre 2008 e 2010, 2010 e 2016 e 2016 e 2018. Dessa maneira, a plataforma não identificou publicações nessas lacunas, apresentando uma continuidade de estudos somente a partir de 2018. Nessa tangente, os períodos de menor incidência foram os anos iniciais da amostra, isto é, 2008 e 2010, com 1 publicação em cada. Já 2018 e 2020 se provaram os de maior frequência, com 7 (sete) artigos cada.

A linha de publicações não segue tendências claras de crescimento ou decréscimo, configurando queda significativa em 2019 (com uma publicação) e 2024 (com duas publicações), mas mostra um número expressivo, que não se repete, nos anos de maior recorrência da temática (2018 e 2020). Nesse ponto, diversos fatores podem ter influenciado tal resultado, como contexto acadêmico ou eventos da área, mas a presente pesquisa não consegue estabelecer a causa específica.

Quanto à distribuição geográfica, foi feita novamente a contagem completa, tal como Urbizagástegui Alvarado (2003) conceitua, para a frequência de instituições de ensino superior na amostra. Nesse sentido, cada universidade recebe um crédito de contribuição por autor vinculado no momento da publicação. Ressalta-se, portanto, que esse ponto não se refere a formação acadêmica autoral, mas ao vínculo institucional ativo e declarado nos artigos analisados.

Assim sendo, foram extraídas 40 instituições das 36 amostras analisadas, considerando coautoria e duplo ou triplo vínculo institucional ativo. Na ordem, as cinco primeiras universidades que mais publicaram estudos sobre a Economia Feminista e seus respectivos números: Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) com 6 (seis) estudos, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) com 5 (cinco) estudos, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) com 3 (três) estudos, Universidade de São Paulo (USP) com 3 (três) estudos e Universidade Federal de Santa Maria (UFSM) com 2 (dois) estudos. Algumas concentrações podem ser explicadas pela presença de núcleos especializados na temática, como o Núcleo de Estudos em Economia Feminista (NEEF) da UFSC e o Núcleo de Estudos, Pesquisa e Extensão em Economia Feminista (NECOFEM) da UFRGS. O mapa abaixo mostra a distribuição das instituições por unidades federativas brasileiras.

**Mapa 1 - Distribuição da produção brasileira por unidade federativa**

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025)

Nessa representação, o estado de São Paulo (9) se destaca por deter a maior concentração de instituições que publicaram sobre Economia Feminista. Em segundo lugar está o estado de Santa Catarina (7) e, empatados, no terceiro lugar, estão Minas Gerais (5) e Rio Grande do Sul (5). O estado de São Paulo, apesar de não deter uma razão relacionada especificamente a Economia Feminista para estar na primeira colocação, é frequentemente responsável por uma massiva produção científica em diversas áreas de conhecimento, sendo esta uma não exceção ao caso. De acordo com o G1, com base no ranking do Centro de Estudos em Ciência e Tecnologia (CWTS, na sigla em inglês) da Universidade de Leiden na Holanda<sup>9</sup>, a USP é a 16ª universidade que mais produz artigos científicos no mundo em 2024. Não somente ela, mas Unesp (142ª) e Unicamp (174ª) estão em destaque dentre as 1.506 instituições mundiais avaliadas. Nesse sentido, é justificado sua posição superior às demais unidades federativas.

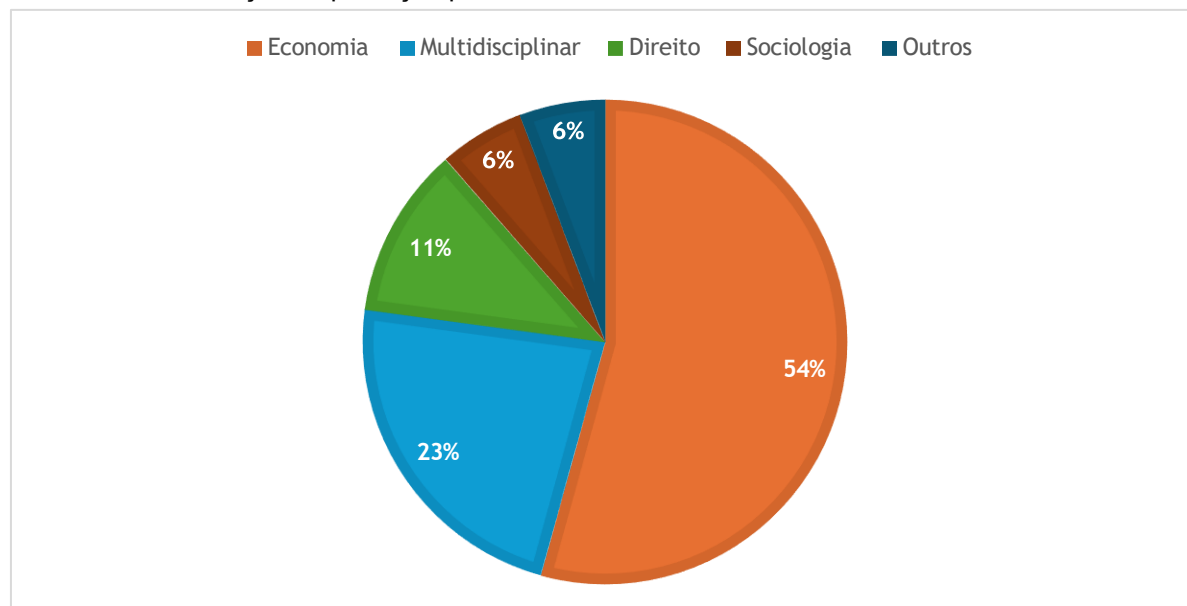
Em síntese, observa-se uma concentração regional das produções científicas nas regiões Sul e Sudeste do Brasil e uma ocorrência nula na região Centro-Oeste. Esta constatação abre espaço para futuras iniciativas que visem expandir e descentralizar a discussão da temática.

#### **4.3 Dados descritivos da produção científica selecionada**

Para uma classificação da concentração dos artigos dentro de áreas de conhecimento, foram feitas análises individuais a partir do conteúdo de cada produção em conjunto com a área de atuação de seu respectivo autor. Nesse sentido, os artigos se concentraram majoritariamente no campo da Economia, com 54% de ocorrência, seguido da categoria Multidisciplinar, com 23%, Direito com 11%, Sociologia com 6% e “Outros” com 6%. O gráfico 5 ilustra esta divisão, com a categoria “Outros” englobando áreas que obtiveram somente 1 artigo nessa amostra.

---

<sup>9</sup> Informação consultada no portal de notícias G1, disponível em: <https://bit.ly/4klDbmF>.

**Gráfico 5** - Distribuição da produção por área de conhecimento

**Fonte:** Elaborado pela autora (2025)

No eixo de Economia, com 19 amostras, encontram-se artigos essenciais dentro do aspecto teórico epistemológico da Economia Feminista, como o de Teixeira (2018), Fernandez (2008), Fernandez (2018), Grecco, Furno e Teixeira (2018) e Simon (2020) que trabalham conceituando a temática, bem como situando a esfera de produção, pesquisa e crítica da disciplina. Dessa forma, as desigualdades de gênero, o contraponto ao *mainstream* econômico e as objeções acerca da neutralidade teórica estão presentes. Em um sentido exploratório, situam-se os trabalhos de Bohn e Catel (2023) e Antonette e Rohenkohl (2020) com uma avaliação da produção acadêmica e uma pesquisa bibliométrica da Economia Feminista, respectivamente. Já em um viés econômico-ecológico, Felizardo e Azevedo (2020) se sustentam na Economia Feminista ao explorar a aplicação do método Lume em agrossistemas, com o intuito de observar as relações de gêneros e tornar visível o caráter econômico fundamental do trabalho das mulheres.

Seguindo o campo da Economia, os artigos de Madalozzo, Martins e Shiratori (2010), Marques, Lobato e Carvalho (2022), Mota e Da Silva (2021) e Bueno e Torres (2023) avaliam, por meio do aporte teórico da Economia Feminista, os percalços enfrentados pelas mulheres dentro do mercado de trabalho, explícitos através das desigualdades estruturais históricas, sobrecargas de trabalho, na chamada dupla jornada, quando se analisa a esfera doméstica, e, como no caso do trabalho de Bueno

e Torres (2023), uma crise sanitária, a pandemia de Covid-19. Nesse ponto, ainda tangenciando o trabalho doméstico, Grecco (2018b), a partir da Teoria da Reprodução Social, propõe uma discussão acerca da nova divisão sexual e internacional do trabalho. No que concerne a implementação de políticas públicas em prol da igualdade de gênero, Nobre (2016) discute estratégias para a construção de ações coletivas, seguindo a base teórica da Economia Feminista e Ecológica.

Em questões críticas acerca da economia tradicional, ou seja, a *mainstream*, destacam-se os trabalhos de Moraes e Marin (2021), Cadó e Furno (2020) e Grecco (2018a) que, respectivamente, analisam: o bem-estar através das Abordagens de Capacitações de Amartya Sen em uma comparação com o ideal da Economia Feminista e da Economia Neoclássica; os impactos desiguais de políticas de austeridade, em períodos de recessão, na parcela feminina; e o conceito de *homo economicus*, englobando valores para além do mercadológico nas Ciências Econômicas. Por conseguinte, fechando a categoria, Bezerra e Jneesh (2019) apresentam uma discussão sobre a precarização do trabalho da mulher a partir da análise do livro “A mulher na sociedade de classe: mito e realidade” de Heleieth Saffioti, Da Silva e Benites (2022) traçam o perfil da mulher no campo na região sul do Brasil, com ênfase nas problemáticas que podem estar impedindo a autonomia da figura feminina nesse espaço e Fernandez e Bohn (2022) discutem os impactos de políticas públicas punitivas para discriminação de gênero no mercado de trabalho.

No eixo Multidisciplinar, expressivamente composto por trabalhos que englobam uma visão interseccional que mistura análise econômica e social em estudos de caso, sobressaem-se: Martins e Barbosa (2022) e Dos Santos, Marques e Leandrini (2023) em uma análise da participação das mulheres em Feiras da Agricultura, na Economia Solidária e em Quintais Produtivos Agroecológicos, evidenciando o papel fundamental desses agentes na produção camponesa; De Souza, Loreto e Eufrásio (2023), De Castro, Telles, Rody e De Freitas (2023), Petarly (2016) e De Brito e Tavares (2024) observam a contribuição das mulheres rurais e periféricas no trabalho doméstico e de cuidado, avaliando o nível de inserção nestas atividades, a invisibilização frequente e a percepção dessas agentes; Boldrin, Pereira e Vasconcellos (2020) discutem a tênue linha que separa a esfera produtiva e reprodutiva em um estudo com mulheres artesãs no sul de Minas Gerais; e De Moraes, Sieber e Funari (2020), com um recorte temporal na pandemia de Covid-19, analisam a participação das lideranças femininas rurais na linha de combate a

disseminação do vírus, refletindo sobre as dificuldades enfrentadas por aquelas que garantem a sustentabilidade da comunidade.

Na linha temática da área de Direito as discussões se concentram, principalmente, no trabalho doméstico. Andrade, Pinto e Cavalcante (2022) elaboram uma entrevista com a professora Hildete Pereira de Melo, importante referência dentro da Economia Feminista brasileira, em uma discussão sobre o perfil das atividades domésticas no país e das agentes que as executam, analisando pontos como a esfera reprodutiva e produtiva. Dentro desta mesma temática de trabalho, Duarte, Pereira e Nicoli (2021) avaliam, sob a ótica do direito do trabalho, o desvalor do trabalho reprodutivo, criticando sua marginalização e tecendo formas justas de reformulação conceitual. Já Pellegrini e Costa (2022) partem da teoria feminista marxista para observar os trabalhos de cuidado na chamada “era da plataformização”, delineando críticas referentes a precarização laboral, causada pela ausência de regulamentação em mercados digitais. Na última amostra da categoria, Costa (2018) debate o caráter fundamental da junção do conceito de gênero e de fatores socioeconômicos para a promoção de políticas públicas eficientes contra a violência doméstica.

Na área de Sociologia, destacam-se os trabalhos voltados para as lutas feministas e os feminismos. Nesse sentido, Vilaça e Freitas (2020) delineiam uma entrevista com a professora Verónica Gago, em uma exploração do potencial do movimento feminista contra a razão neoliberal que cerca a América Latina, partindo, assim, de um aporte teórico compartilhado com a Economia Feminista. Em consonância com a resistência ao neoliberalismo, Moreno (2018) apresenta o teor político da Economia Feminista ao traçar os desafios de desenvolvimento da temática dentro do Brasil, especialmente quando ela é identificada com a corrente de ruptura.

A última categoria classificada, denominada de “Outros”, engloba duas áreas, com 1 artigo em cada: Administração e Relações Internacionais. Para tanto, na primeira, Soares, Rebouças e Lázaro (2024) trabalham com a gestão orgânica de conflitos, dentro de uma perspectiva e autogestão feminista, em uma avaliação crítica de discurso. Em última instância, em Relações Internacionais, Schimanski (2021) tem por principal objetivo expor quais as contribuições da recente inserção das mulheres na Organização Mundial do Comércio (OMC) para a Economia Feminista.

Em síntese, observa-se que o principal conceito que sustenta a produção desses materiais é aquele que tange o trabalho, em todas suas esferas. Entretanto, apesar de amplamente discutido, o âmbito doméstico e reprodutivo se desenvolve, de

forma justa, com extrema lentidão, como demonstrado em cada um desses artigos, e a mulher ainda é a maior responsável por estas atividades. A divisão sexual do trabalho ainda é latente e a Economia Feminista é a uma área fundamental para discutir e trazer as mudanças necessárias para uma economia e sociedade mais igualitária e equitativa.

Outrossim, a amostra também se mostrou expressiva em estudos que averiguavam a situação de mulheres rurais e periféricas no que concerne a representação do papel de gênero dentro do campo. Isso sugere uma forte interseccionalidade da pesquisa ao estudar como estas figuras são atravessadas por desigualdades não só por serem mulheres, mas também por estarem dentro de um extrato social e econômico menos privilegiado. Dessa forma, esses agentes duplamente invisibilizados são percebidos.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo principal o mapeamento bibliométrico das produções acadêmicas brasileiras no que tange o eixo teórico denominado de Economia Feminista, observando tendências terminológicas e expressividade de autores, periódicos e instituições. Para tanto, além da metodologia bibliométrica, a pesquisa bibliográfica esteve presente como ponto fundamental de contextualização e emergência do campo temático.

Nesse sentido, o estudo buscou uma análise sem recorte temporal, focando em um único acervo de produções, a *Plataforma de Periódicos CAPES*, com o emprego de 8 descritores. O resultado, contido em 10 anos distintos, não contínuos, foi de apenas 36 amostras. Apesar de haver uma discussão acerca da consolidação recente da disciplina, esse número final ainda é considerado diminuto quando se observa as possibilidades que o Brasil detém, tanto em números, por ser um país continental, quanto na forma multidisciplinar como a Economia Feminista vem se mostrando dentro do país. Sob essa perspectiva, era esperado que, visto que o tema atravessa diversas áreas, a produção estivesse em um quantitativo mais significativo.

Em vista disso, uma hipótese acerca da diminuta amostra gerada, é a participação igualmente pequena da Economia Feminista dentro da grade curricular dos cursos de graduação de Ciências Econômicas. Assim, a estrutura teórica ainda detém uma forte participação de teorias ortodoxas, isto é, do *mainstream*, sem uma participação consolidada de disciplinas que discutam teorias relacionadas à Economia Feminista. Isso resulta em um cenário que dificulta o conhecimento e, consequentemente, o interesse dos discentes na área, proporcionando uma baixa vazão do tema em termos de produção científica, bem como à leitura e compreensão crítica da economia mais preponderante nesses cursos de graduação.

No aspecto multidisciplinar observado, foi interessante observar as áreas que a Economia Feminista se estende, além da própria Economia, como a Sociologia, o Direito e até mesmo a Agronomia. Isso sugere, como já mencionado, uma dispersão teórica muito forte, porém, um alcance necessário para ampliar as discussões de gênero e trabalho, que não devem ser restritas a um único campo de conhecimento. Exatamente por esta razão, muitos estudos estavam explorando a percepção de mulheres rurais e sua contribuição para lideranças comunitárias e sistemas agroecológicos contrários a percepção mercadológica. Através dessa lente,

questiona-se objetividades, neutralidades e padrões historicamente enraizados na sociedade.

No que tange as leis bibliométricas clássicas, observou-se concentração de produção em poucos periódicos, especialmente nas revistas *Textos de Economia*, *Temáticas* e *Estudos Feministas*, dialogando com a lei de Bradford, além de centralização no que concerne os autores, confirmando a Lei de Lotka quando aponta que há poucos produtores em níveis altos de produtividade. No que tange a Lei de Zipf, a amostra segue a teoria proposta e evidencia poucos termos em grande frequência e muitos marcando somente uma participação na contagem.

Do mesmo modo, há concentração da amostra em poucas instituições e significativa dispersão na maioria. Tal como uma área emergente, isso implica em alavancar esforços para dar maior vazão ao tema, impulsionando áreas incipientes e nulas, como a região Norte e Centro-Oeste, a tecerem maiores discussões e, conseqüentemente, produções científicas, alcançando novos contextos geográficos e institucionais.

Para isso, uma possível proposta de ampliação da temática, vinculada em nível institucional, é a criação de grupos e núcleos de estudos interdisciplinares nas universidades, em especial naquelas regiões que tiveram pouca representatividade das publicações. A partir dessa movimentação, docentes e discentes interessados no tema não só fomentariam a discussão teórica, mas criariam um ambiente propício para a produção científica, possibilitando a articulação das esferas da pesquisa, extensão e ensino. Além disso, a iniciativa colaboraria para a criação de um espaço acadêmico mais consciente acerca das pautas que envolvem a discussão de gênero.

Em relação a própria metodologia e amostra, a análise foi limitada pela escolha de uma única, mas significativa, base de dados (Plataforma de Periódicos CAPES) que teve incompatibilidade com softwares bibliométricos, não garantindo a expansão dos resultados para mapas de colaboração, como os de coocorrência de termos e coautoria. Essa lacuna impossibilitou um exame mais aprofundado das dinâmicas colaborativas entre autores e instituições.

Entretanto, apesar de suas limitações, o presente trabalho buscou contribuir com uma análise sistematizada da produção acadêmica brasileira, dentro de uma área pouco explorada no geral e tampouco no que tange a pesquisa bibliométrica. Dessa forma, ele reforçou a importância e a riqueza de conteúdo da temática, viabilizou a utilização de aspectos técnicos bibliométricos, mesmo em uma amostra reduzida, e

ampliou o cenário de produção científica da Economia Feminista. Que esse trabalho, mesmo em amplitude modesta, possa servir de subsídios para futuras pesquisas, tanto dentro do tema quanto no que concerne a metodologia bibliométrica.

Por fim, a Economia Feminista oferece arcabouço teórico para as mais variadas áreas que buscam compreender as desigualdades históricas e estruturais que cercam a figura da mulher. Nesse sentido, é fundamental que uma discussão teórica tão abrangente consiga uma consolidação potente no seio da produção científica brasileira.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejam todos feministas** / Chimamanda Ngozi Adichie; tradução Christina Baum. – 1. ed. - Editora Companhia das letras, 2014. *E-book*.
- ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à metodologia do trabalho científico: elaboração de trabalhos na graduação** / Maria Margarida de Andrade. – 10. ed. – São Paulo: Atlas, 2010.
- ANDRADE, Shirley Silveira; PINTO, Anna Carolina Cunha; CAVALCANTE, Dieric Guimarães. Entrevista com a professora Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo. **Confluências | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**, v. 24, n. 2, p. 20-37, 1 ago. 2022.
- ANTONETTE, Amanda Krein; ROHENKOHL, Júlio Eduardo. Origens e influências da economia feminista: uma análise bibliométrica e de conteúdo. **Textos de Economia**, v. 23, n. 1, p. 1-28, 2020.
- ARAÚJO, Carlos AA. **Bibliometria: evolução histórica e questões atuais**. Em questão, v. 12, n. 1, p. 11-32, 2006.
- AUGUSTO, Amélia. **Metodologias quantitativas/metodologias qualitativas: mais do que uma questão de preferência**. In: Forum Sociológico. Série II. CESNOVA, 2014.
- AZEVEDO, Rogério Cabral; ENSSLIN, Leonardo. **Metodologia da pesquisa para engenharias** / Rogério Cabral Azevedo, Leonardo Ensslin. Belo Horizonte: PPGE/CEFET – MG – 2020.
- BEAUVOIR, Simone de, 1908-1986. **O segundo sexo: fatos e mitos** / Simone de Beauvoir; tradução Sérgio Milliet. – 5. ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019a.
- \_\_\_\_\_. **O segundo sexo: a experiência vivida** / Simone de Beauvoir; tradução Sérgio Milliet. – 5. ed. – Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2019b.
- BEZERRA, Elaine; JNEESH, Mahara. Divisão sexual e internacional do trabalho: uma leitura das tendências de precarização a partir de Heleieth Saffioti. **Lutas Sociais**, v. 23, n. 43, p. 256-270, 2019.
- BIROLI, Flávia. Divisão Sexual do Trabalho e Democracia. **Revista Dados**, v. 59, n. 3, 2016.
- BOHN, L.; CATEL, E. Y. A. DA S. A presença da Economia Feminista na Ciência Econômica brasileira: avaliação da produção acadêmica na área entre 1990 e 2015. **Economia e Sociedade**, v. 32, n. 3, p. 691–718, set. 2023.

BOLDRIN, Juliana; PEREIRA, Viviane Guimarães; VASCONCELLOS, Bruna Mendes. As mulheres artesãs no sul de Minas Gerais. **Revista Tecnologia e Sociedade**, v. 16, n. 45, p. 108-122, 2020.

BUENO, Andréia do Prado; TORRES, Ricardo Lobato. Desigualdade de gênero e mercado de trabalho em Santa Catarina no contexto de pandemia de Covid-19. **Revista Catarinense de Economia**, v. 6, n. 2, p. 2-15, 2023.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade** / 26ª ed. Judith Butler; tradução Renato Aguiar. – 26. ed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2024.

CADÓ, Iriana Lima; FURNO, Juliane da Costa. Mulheres frente à recessão econômica e a austeridade: uma interpretação da economia feminista. **Textos de Economia**, v. 23, n. 1, p. 1-30, 2020.

CARRASCO, Cristina. La economía feminista: Una apuesta por otra. **Estudios sobre género y economía**, v. 15, p. 29, 2006.

CARRASCO, Cristina (Ed.). **Mujeres y economía: nuevas perspectivas para viejos y nuevos problemas**. Icaria Editorial, 1999.

**Censo 2022: Em 12 anos, proporção de mulheres responsáveis por domicílios avança e se equipara à de homens | Agência de Notícias**. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/41663-censo-2022-em-12-anos-proporcao-de-mulheres-responsaveis-por-domicilios-avanca-e-se-equipara-a-de-homens>>. Acesso em: 16 jun. 2025.

CERIBELLI, Marcela. **Aurora: o despertar da mulher exausta**/ Marcela Ceribelli. – Rio de Janeiro: Harper Collins, 2022.

CHUEKE, Gabriel Vouga; AMATUCCI, Marcos. O que é bibliometria? Uma introdução ao Fórum. **Internext**, v. 10, n. 2, p. 1-5, 2015.

COLANDER, David; HOLT, Richard; ROSSER JR, Barkley. The changing face of mainstream economics. **Review of Political Economy**, v. 16, n. 4, p. 485-499, 2004.

COLLINS, Patricia Hill. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, p. 6-17, 2017.

COMIN, Jaqueline Teodoro. Mulheres em movimento: o feminismo no Brasil. **Perspectivas em Diálogo: Revista de Educação e Sociedade**, v. 8, n. 16, p. 273-295, 2021.

COSTA, Karina. **A Economia Feminista como novo campo de pesquisa da Ciência Econômica: uma crítica ao viés androcêntrico da economia mainstream**. 2022. Graduação – UFSC, Florianópolis, 2022.

COSTA, Marília Ferruzzi. A importância da intersecção entre gênero e fatores socioeconômicos para a elaboração de políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica contra mulheres. **Simpósio Gênero e Políticas Públicas**, v. 5, n. 1, p. 355-369, 2018.

CRENSHAW, Kimberlé. Demarginalizing the Intersection of Race and Sex: A Black Feminist Critique of Antidiscrimination Doctrine, Feminist Theory, and Antiracist Politics. **University of Chicago Legal Forum**, Vol. 1989: Iss. 1, Article 8, p. 139-167. Disponível em: <https://chicagounbound.uchicago.edu/uclf/vol1989/iss1/8>. Acesso em: 22 dez. 2024.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, Vol. 43, No. 6, p. 1241-1299, 1991. Disponível em: <https://doi.org/10.2307/1229039>. Acesso em: 22 dez. 2024.

DA SILVA, Leonardo Xavier; BENITES, Maria Eduarda Ramazini. Autonomia feminina no campo: um perfil atualizado da região sul a partir dos dados do censo agropecuário 2017. **DRd-Desenvolvimento Regional em debate**, v. 12, n. ed. esp. Dossie, p. 141-164, 2022.

DA SILVA MARQUES SANTOS, Alcina Loyane. EMANCIPAÇÃO DA MULHER E FEMINISMO: uma análise a partir de Simone de Beauvoir e bell hooks. **PÓLEMOS – Revista de Estudantes de Filosofia da Universidade de Brasília**, [S. l.], v. 10, n. 21, p. 374–386, 2022. DOI: 10.26512/pl.v10i21.38506. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/polemos/article/view/38506>. Acesso em: 24 dez. 2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe** / Angela Davis; tradução Heci Regina Candiani. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2016.

DE BRITO, Fernanda Pereira; TAVARES, Tatiane Marinho Vieira. As contribuições do trabalho doméstico e de cuidados das mulheres residentes no Monaf Filadélfia (Tocantins, Brasil). **Vivências**, v. 20, n. 40, p. 389-413, 2024.

DE CASTRO, Nayara Lopes; TELLES, Liliam; RODY, Thalita; DE FREITAS, Alair Ferreira. O protagonismo das mulheres agricultoras da Zona da Mata e Leste de Minas Gerais na conservação da sociobiodiversidade e na diversificação de estratégias econômicas. **Revista Ponto de Vista**, v. 12, n. 3, p. 01-20, 2023.

DE LIMA, Gabriela Holanda Bessa. Feminismos e capitalismo: reflexões sobre feminismo mainstream e suas consequências. In: **Anais do VI Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais**. João Pessoa, Pernambuco: 2017.

DE MORAES, Lorena Lima; SIEBER, Shana Sampaio; FUNARI, Juliana Nascimento. Mulheres lideranças rurais, participação política e trabalho de cuidado durante a pandemia de Covid-19. **Revista Inter-Legere**, v. 3, n. 28, p. c21574-c21574, 2020.

DE OLIVEIRA, Priscilla Pellegrino. A quarta onda do feminismo na literatura norte-americana. **Palimpsesto - Revista do Programa de Pós-Graduação em Letras da UERJ**, [S. l.], v. 18, n. 30, p. 67–84, 2019. DOI: 10.12957/palimpsesto.2019.42952. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/palimpsesto/article/view/42952>. Acesso em: 24 dez. 2024.

DE SOUZA, Maira Ribeiro; DE LORETO, Maria das Dores Saraiva; EUFRÁSIO, Luciana de Fátima. As dimensões do cuidado no âmbito da economia feminista: Um olhar sobre o trabalho das mulheres rurais no contexto da agricultura familiar. **Emancipação**, v. 23, p. 1-19, 2023.

DE SOUZA, Thiago Alves; ALCÂNTARA, Rosane Lúcia Chicarelli; PIATO, Éderson Luiz. Gestão de risco na cadeia de suprimentos: Análise bibliométrica da produção intelectual no período de 2000 a 2015. **Revista Spacios**, p. 1-17, 2017.

DEQUECH, David. Neoclassical, mainstream, orthodox, and heterodox economics. **Journal of Post Keynesian Economics**, v. 30, n. 2, p. 279-302, 2007.

DOS SANTOS, Geneci Ribeiro; MARQUES, Siomara Aparecida; LEANDRINI, Josimeire Aparecida. Sementes de uma economia camponesa, feminista e agroecológica presentes na prática dos quintais produtivos das mulheres camponesas do MMC/SC. **Revista Grifos**, v. 32, n. 60, p. 01-20, 2023.

DUARTE, Bárbara; PEREIRA, Flávia Souza Máximo; NICOLI, Pedro Augusto Gravatá. Desvalor jurídico do trabalho reprodutivo: uma crítica político-econômica do feminismo ao Direito. **Revista da Faculdade Mineira de Direito**, v. 24, n. 47, p. 35-62, 2021.

FEDERICI, Silvia. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva** / Silvia Federici; tradução Coletivo Sycorax. – 2. ed. - Editora Elefante, 2023.

FELIZARDO, Alciene Oliveira; AZEVEDO, Hueliton Pereira. A aplicação do método Lume no estudo do trabalho de mulheres agroextrativistas em agroecossistemas amazônicos. **Textos de Economia**, v. 23, n. 1, p. 1-24, 2020.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno. A epistemologia de Hugh Lacey em diálogo com a economia feminista: neutralidade, objetividade e pluralismo. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 359-385, 2008.

\_\_\_\_\_. **Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros**. Brazilian Journal of Political Economy, v. 38, n. 3, p. 559-583, 2018.

FERNANDEZ, Brena Paula Magno; BOHN, Liana; **Economia Feminista: uma antologia (volume 1)**. 1ª Edição. Florianópolis: Peregrinas, 2021. *E-book*.

\_\_\_\_\_. Políticas públicas de gênero no Brasil: até que ponto vale a pena punir?. **Textos de Economia**, v. 25, n. 1, p. 1-29, 2022.

FOUGEYROLLAS-SCHWEBEL, D. Movimentos Feministas. Tradução: Vivian Aranha Saboia. In: HIRATA, H.; AL, E. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. p. 144-149.

FRASER, Nancy. O feminismo, o capitalismo e a astúcia da história. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, 2009.

GANDHI, Anuradha. **Sobre as correntes filosóficas dentro do Movimento Feminista**. 2. 2ª Edição, 2018.

GARCIA, Carla Cristina. **Breve história do feminismo** / Carla Cristina Garcia – 4. ed. - São Paulo: Editora Claridade, 2015.

GIL, Antônio Carlos, 1946. **Como elaborar projetos de pesquisa** / Antônio Carlos Gil. – 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2017.

GRECCO, Fabiana Sanches. O viés androcêntrico da ciência econômica e as críticas feministas ao homo economicus. **Temáticas**, v. 26, n. 52, p. 105-134, 2018a.

\_\_\_\_\_. Trabalhos domésticos e de cuidados sob a ótica da teoria da reprodução social. **Mediações**, v. 23, n. 3, p. 70-102, 2018b.

GRECCO, Fabiana Sanches; FURNO, Juliane da Costa; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. Por uma ciência econômica feminista. **Temáticas**, v. 26, n. 52, p. 11-22, 2018.

GUEDES, Vânia LS; BORSCHIVER, Suzana. Bibliometria: uma ferramenta estatística para a gestão da informação e do conhecimento, em sistemas de informação, de comunicação e de avaliação científica e tecnológica. **Encontro nacional de ciência da informação**, v. 6, n. 1, p. 18, 2005.

HOOKS, Bell. **O feminismo é para todo mundo: políticas arrebatadoras** / bell hooks; tradução Ana Luiza Libânio. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018. *E-book*.

\_\_\_\_\_. **Teoria feminista: da margem ao centro** / bell hooks; tradução Rainer Patriota. – 1. ed. – São Paulo: Perspectiva, 2019.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Estatísticas de Gênero Estudos e Pesquisas • Informação Demográfica e Socioeconômica • n.38.** Disponível em: <[https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066\\_informativo.pdf](https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102066_informativo.pdf)>.

Ipea - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <<https://www.ipea.gov.br/portal/retrato/indicadores/trabalho-domestico-e-de-cuidados-nao-remunerado/apresentacao>>. Acesso em: 16 jun. 2025.

JUTEAU, D. Movimentos Feministas. Tradução: Francisco Ribeiro Silva Junior. In: HIRATA, H.; AL, E. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. p. 90-96.

KÄPPELI, Anne-Marie. Cenas Feministas. In: DUBY, Georges, PERROT, Michelle. (Orgs.). **História das Mulheres no Ocidente**. Porto: Edições Afrontamento, 1998, p. 556. v. 4.

KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais do sexo. Tradução: Vivian Aranha Saboia. In: HIRATA, H.; AL, E. **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Ed. Unesp, 2009. p. 67-75.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Editora Cultrix, 2020. *E-book*.

LISPECTOR, Clarice. **Água viva: edição comemorativa**. Editora Rocco, 2020. *E-book*.

MADALOZZO, Regina; MARTINS, Sergio Ricardo; SHIRATORI, Ludmila. Labor market and home production: are men and women equal?. **Estudos Feministas**, v. 18, n. 2, p. 547, 2010.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**/ Marina de Andrade Marconi, Eva Maria Lakatos. – 5 ed. – São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, Lorena Sousa; LOBATO, Tarcísio Costa; CARVALHO, Brena Nascimento. Convergência à paridade: a admissão da mulher no mercado de trabalho formal no meio rural da cidade de Belém - PA. **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**, v. 13, n. 4, p. 141-160, 2022.

MARTINS, G. de A.; THEÓPHILO, C. R. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicadas**. São Paulo: Editora Atlas S. A., 2007.

MARTINS, Ydávila Vasconcelos; BARBOSA, Lia Pinheiro. A participação das mulheres na Feira da Agricultura Familiar e Economia Popular Solidária do Território Inhamuns e Crateús-Ceará. **Revista Brasileira de Educação do Campo**, v. 7, p. e12924-e12924, 2022.

MATTAR, João; RAMOS, Daniela Karine. **Metodologia da pesquisa em educação: abordagens qualitativas, quantitativas e mistas** / João Mattar, Daniela Karine Ramos. 1. ed. – São Paulo: Edições 70, 2021.

MIGUEL, Luis Felipe. **Feminismo e política: uma introdução**/ Luis Felipe Miguel, Flávia Biroli. – 1. ed. – São Paulo: Boitempo, 2014.

MIRA, Elson Cedro. O desenvolvimento econômico além do mainstream: institucionalismo e outras perspectivas. In: **2ª Conferência do Desenvolvimento CODE/IPEA**. 2011.

MORAES, Mayara da Mata; MARIN, Solange Regina. Bem-estar na abordagem das capacitações e da economia feminista: alguma complementaridade?. **Textos de Economia**, v. 24, n. 2, p. 01-30, 2021.

MORENO, Renata Faleiros Camargo. Economia feminista em movimento: experiências e desafios teórico-políticos a partir das lutas das mulheres. **Temáticas**, v. 26, n. 52, p. 195-226, 2018.

MOTA, Emily Santos; DA SILVA, Igor Castellano. Gênero, Insituições e economia: uma visão feminista no mercado de trabalho. **Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**, v. 7, n. 1, p. 65-76, 2021.

NOBRE, Miriam. Igualdade para todas: estratégias para políticas públicas e ações do movimento. **Revista Estudos Feministas**, v. 24, p. 645-652, 2016.

NOGUEIRA, Conceição. **Feminismo e discurso do gênero na psicologia social**. 2001.

\_\_\_\_\_. **Interseccionalidade e psicologia feminista**. Editora Devires, 2017. *E-book*.

OLIVEIRA, Margarita; PEREIRA, Letícia. A economia feminista e a sustentabilidade: capitalismo patriarcal extrativista ou colocar a vida no centro? In: **Economia feminista no Brasil: contribuições para pensar uma nova sociedade** / Marilane Oliveira Teixeira, Margarita Olivera e Clarice Menezes Vieira (orgs.) – São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Autonomia Literária; REBEF, 2023. p. 42-65.

PELLEGRINI, Carolina de Menezes Cardoso; COSTA, Ana Paula Motta. Trabalho, emprego e renda na era da plataforma digital: o caso dos trabalhos de cuidado. **LIINC em revista**. Rio de Janeiro, RJ: IBICT. Vol. 18, n. 2 (nov. 2022), e6011, 15 p., 2022.

PEREZ, Caroline Prado, 1984 – **Mulheres invisíveis: o viés dos dados em um mundo projetado para homens**/ Caroline Prado Perez; tradução Renata Guerra. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Intrínseca, 2022.

PÉREZ OROZCO, Amaia. Economía del género y economía feminista ¿Conciliación o ruptura?. **Revista Venezolana de Estudios de la Mujer**. Caracas, Vol. 10 - N° 24, 2005.

PÉRIVIER, Hélène, 1972 - **A economia feminista: por que a ciência econômica precisa do feminismo e vice-versa** / Hélène Périvier; [tradução Maria Alice Doria; Prefácio de Thomas Piketty]. 1. ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2023.

PETARLY, Renata Rauta. Economia Solidária e Feminista: apontamentos sobre a representação social do trabalho doméstico pelas mulheres de Araguaína-TO 10.5212/Rlagg. v. 7. i2. 0009. **Revista Latino-Americana de Geografia e Gênero**, v. 7, n. 2, p. 148-158, 2016.

PICCHIO, Antonella. La economía política y la investigación sobre las condiciones de vida. **Por uma economia sobre la vida. Aportaciones desde um enfoque feminista**, p. 17-34, 2005.

PICCHIO, Antonella. Trabalho feminino no cerne do mercado de trabalho. **Tematicas**, Campinas, SP, v. 26, n. 52, p. 69–104, 2018. DOI: 10.20396/tematicas.v26i52.11704.

PINHO, Diva Benevides. A racionalidade econômica - abordagem histórica. **Revista de História**, São Paulo, v. 54, n. 107, p. 173–188, 2023. DOI: 10.11606/issn.2316-9141.rh.1976.78556. Disponível em: <https://revistas.usp.br/revhistoria/article/view/78556>. Acesso em: 3 jun. 2025.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, história e poder. **Revista de sociologia e política**, v. 18, p. 15-23, 2010.

\_\_\_\_\_. **Uma história do feminismo no Brasil** / Céli Regina Jardim Pinto. – São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2003. – (Coleção História do Povo Brasileiro).

POWER, Marilyn. “Social Provisioning as a Starting Point for Feminist Economics.” **Feminist Economics**, v. 10, n. 3, 2004. p. 3-19.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** / Djamila Ribeiro. – 1. ed. – São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2018.

ROBINSON, Joan. **Filosofia econômica** / Joan Robinson; traduzido por Luiz Antônio Oliveira de Araújo. – São Paulo: Editora Unesp, 2022.

SCHIMANSKI, Silvana. As mulheres na agenda da Organização Mundial de Comércio (OMC). **Conjuntura Austral**, v. 12, n. 60, p. 75-91, 2021.

SEVERINO, Antônio Joaquim, 1941. **Metodologia do trabalho científico** [livro eletrônico] / Antônio Joaquim Severino. – 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2017.

SIMON, Vanêssa Pereira. Economia feminista, economia social e solidária, paradigma paraeconômico: repensando o paradigma hegemônico e a importância das mulheres. **Textos de Economia**, v. 23, n. 1, p. 1-29, 2020.

SNYDER, R. Claire. What Is Third-Wave Feminism? A New Directions Essay. **Signs**, vol. 34, no. 1, 2008, p. 175–96. Disponível em: <https://doi.org/10.1086/588436>. Acesso em: 24 dez. 2024.

SOARES, Maria de Nazaré Moraes; REBOUÇAS, Sílvia Maria Dias Pedro; LÁZARO, José Carlos. A gestão orgânica de conflitos desenvolvida em empreendimentos formados por mulheres da economia solidária: uma análise pós-colonialista sobre uma prática feminista de autogestão. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 22, p. e2023-0010, 2024.

SOARES, Sandro Vieira; PICOLLI, Icaro Roberto Azevedo; CASAGRANDE, Jacir Leonir. Pesquisa bibliográfica, pesquisa bibliométrica, artigo de revisão e ensaio teórico em administração e contabilidade. **Administração: ensino e pesquisa**, v. 19, n. 2, p. 308-339, 2018.

TEIXEIRA, Elizabeth; MEDEIROS, Horácio Pires; NASCIMENTO, Márcia Helena Machado; COSTA E SILVA, Bruna Alessandra; RODRIGUES, Camila. Integrative literature review step-by-step & convergences with other methods of review/Revisão Integrativa da Literatura passo-a-passo & convergências com outros métodos de revisão. **Revista de Enfermagem da UFPI**, v. 2, n. 5, p. 3-7, 2013.

TEIXEIRA, Marilane Oliveira. A economia feminista e a crítica ao paradigma econômico predominante. In: **Dossiê Economia Feminista. Revista Temáticas**, Campinas, v. 26, n. 52, p. 135-166, 2018.

TELES, Maria Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil** / Maria Amélia de Almeida Teles. – 1. ed. - São Paulo: Brasiliense, 1999. – (Coleção tudo é história: 145).

URBIZAGÁSTEGUI ALVARADO, Rubén. A Lei de Lotka: modelo lagrangiano de poisson aplicado a produtividade de autores. **Perspectivas em ciência da informação**, v. 8, n. 2, 2003.

**USP é a 16ª universidade que mais produz artigos científicos no mundo, aponta ranking.** G1, 2024. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2024/07/10/usp-e-a-16a-universidade-que-mais-produz-artigos-cientificos-no-mundo-aponta-ranking.ghtml>>. Acesso em: 20 jun. 2025.

VIECELI, Cristina Pereira; TEIXEIRA, Marilane Oliveira. A economia feminista e reprodução social: uma análise conceitual e histórica dos trabalhos reprodutivos não remunerados e de cuidados. In: **Economia feminista no Brasil: contribuições para pensar uma nova sociedade** / Marilane Oliveira Teixeira, Margarita Olivera e Clarice Menezes Vieira (orgs.) – São Paulo: Fundação Perseu Abramo; Autonomia Literária; REBEF, 2023. p. 19-41.

VILAÇA, M.; FREITAS, B. A potência dos feminismos na luta contra a razão neoliberal na América Latina: uma entrevista com Verónica Gago. **Política & Trabalho: revista de ciências sociais**, [S. l.], v. 1, n. 52, p. 231–245, 2020. DOI: 10.22478/ufpb.1517-5901.2020v1n52.52403. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/politicaetrabalho/article/view/52403>. Acesso em: 29 jun. 2025.

YOSHIDA, Nelson Daishiro. Análise bibliométrica: um estudo aplicado à previsão tecnológica. **Future Studies Research Journal: Trends and Strategies**, v. 2, n. 1, p. 52-84, 2010.

## APÊNDICE A – AMOSTRA DA PESQUISA BIBLIOMÉTRICA

A seguir, são apresentados os 36 artigos que compõem a amostra analisada nesta pesquisa bibliométrica, por ordem da descrição no capítulo 3, contendo as principais informações, como título, autor (a/es/as), ano de publicação, periódico, DOI e o link de acesso.

Título: **A economia feminista e a crítica ao paradigma econômico predominante**  
 Autor (a/es/as): **Marilane Oliveira Teixeira**  
 Ano de publicação: **2018**  
 Periódico: **Temáticas**  
 Link de acesso: <https://tinyurl.com/42warszh>  
 DOI: **10.20396/tematicas.v26i52.11706**

Título: **A epistemologia de Hugh Lacey em diálogo com a Economia Feminista: neutralidade, objetividade e pluralismo**  
 Autor (a/es/as): **Brena Paula Magno Fernandez**  
 Ano de publicação: **2008**  
 Periódico: **Estudos Feministas**  
 Link de acesso: <https://tinyurl.com/29sm67uc>  
 DOI: **10.1590/S0104-026X2008000200004**

Título: **Economia feminista: metodologias, problemas de pesquisa e propostas teóricas em prol da igualdade de gêneros**  
 Autor (a/es/as): **Brena Paula Magno Fernandez**  
 Ano de publicação: **2018**  
 Periódico: **Revista de Economia Política**  
 Link de acesso: <https://tinyurl.com/2the7pax>  
 DOI: **10.1590/0101-35172018-2815**

Título: **Por uma ciência econômica feminista**  
 Autor (a/es/as): **Fabiana Sanches Grecco, Juliane da Costa Furno e Marilane Oliveira Teixeira**  
 Ano de publicação: **2018**  
 Periódico: **Temáticas**  
 Link de acesso: <https://tinyurl.com/528bm9br>  
 DOI: **10.20396/tematicas.v26i52.11701**

**Título: Economia feminista, economia social e solidária, paradigma paraeconômico: repensando o paradigma hegemônico e a importância das mulheres**

Autor (a/es/as): **Vanêssa Pereira Simon**

Ano de publicação: **2020**

Periódico: **Textos de Economia**

Link de acesso: <https://tinyurl.com/4tsm2s4y>

DOI: **10.5007/2175-8085.2020.e71451**

**Título: A presença da Economia Feminista na Ciência Econômica brasileira: avaliação da produção acadêmica na área entre 1990 e 2015**

Autor (a/es/as): **Liana Bohn e Eva Yamila Amanda da Silva Catel**

Ano de publicação: **2023**

Periódico: **Economia e Sociedade**

Link de acesso: <https://tinyurl.com/2n6pk2z3>

DOI: **10.1590/1982-3533.2023v32n3art08**

**Título: Origens e influências da economia feminista: uma análise bibliométrica e de conteúdo**

Autor (a/es/as): **Amanda Krein Antonette e Júlio Eduardo Rohenkohl**

Ano de publicação: **2020**

Periódico: **Textos de Economia**

Link de acesso: <https://tinyurl.com/3ty4kraf>

DOI: **10.5007/2175-8085.2020.e71527**

**Título: A aplicação do método Lume no estudo do trabalho de mulheres agroextrativistas em agroecossistemas amazônicos**

Autor (a/es/as): **Alciene Oliveira Felizardo e Hueliton Pereira Azevedo**

Ano de publicação: **2020**

Periódico: **Textos de Economia**

Link de acesso: <https://tinyurl.com/5n8pa64f>

DOI: **10.5007/2175-8085.2020.e71517**

**Título: Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais?**

Autor (a/es/as): **Regina Madalozzo, Sérgio Ricardo Martins e Ludmila Shiratori**

Ano de publicação: **2010**

Periódico: **Estudos Feministas**

Link de acesso: <https://tinyurl.com/y9bmw8x3>

DOI: **10.1590/S0104-026X2010000200015**

**Título: Convergência à paridade: a admissão da mulher no mercado de trabalho formal no meio rural da cidade de Belém - PA**

Autor (a/es/as): **Lorena Sousa Marques, Tarcísio Costa Lobato e Brena Nascimento Carvalho**

Ano de publicação: **2022**

Periódico: **Revista de Administração e Negócios da Amazônia**

Link de acesso: <https://tinyurl.com/sn9u8www>

DOI: **10.18361/2176-8366/rara.v13n4p141-160**

Título: **Gênero, Instituições e economia: uma visão feminista no mercado de trabalho**

Autor (a/es/as): **Emily Santos Mota e Igor Castellano da Silva**

Ano de publicação: **2021**

Periódico: **Revista Desenvolvimento Socioeconômico em Debate**

Link de acesso: <https://tinyurl.com/4f9rzez2>

DOI: **10.18616/rdsd.v7i1.6745**

Título: **Desigualdade de gênero e mercado de trabalho em Santa Catarina no contexto da pandemia de Covid-19**

Autor (a/es/as): **Andréia do Prado Bueno e Ricardo Lobato Torres**

Ano de publicação: **2023**

Periódico: **Revista Catarinense de Economia**

Link de acesso: <https://tinyurl.com/yvunb385>

DOI: **10.54805/RCE.2527-1180.v6.n2.140**

Título: **Trabalhos domésticos e de cuidados sob a ótica da teoria da reprodução social**

Autor (a/es/as): **Fabiana Sanches Grecco**

Ano de publicação: **2018**

Periódico: **Mediações - Revista de Ciências Sociais**

Link de acesso: <https://tinyurl.com/3nef4c62>

DOI: **10.5433/2176-6665.2018v23n3p70**

Título: **Igualdade para todas: estratégias para políticas públicas e ações do movimento**

Autor (a/es/as): **Miriam Nobre**

Ano de publicação: **2016**

Periódico: **Estudos Feministas**

Link de acesso: <https://tinyurl.com/jwz9yrur>

DOI: **10.1590/1805-9584-2016v24n2p645**

Título: **Bem-estar na abordagem das capacitações e da economia feminista: alguma complementaridade?**

Autor (a/es/as): **Mayara da Mata Moraes e Solange Regina Marin**

Ano de publicação: **2021**

Periódico: **Textos de Economia**

Link de acesso: <https://tinyurl.com/yjpbw7h7>

DOI: 10.5007/2175-8085.2021.e84298

**Título: Mulheres frente à recessão econômica e a austeridade: uma interpretação da economia feminista**

Autor (a/es/as): Iriana Lima Cadó e Juliane da Costa Furno

Ano de publicação: 2020

Periódico: Textos de Economia

Link de acesso: <https://tinyurl.com/4p6uyz29>

DOI: 10.5007/2175-8085.2020.e72033

**Título: O viés androcêntrico da ciência econômica e as críticas feministas ao homo economicus**

Autor (a/es/as): Fabiana Sanches Grecco

Ano de publicação: 2018

Periódico: Temáticas

Link de acesso: <https://tinyurl.com/bdfvy2pf>

DOI: 10.20396/tematicas.v26i52.11705

**Título: Divisão sexual e internacional do trabalho: uma leitura das tendências de precarização a partir de Heleieth Saffioti**

Autor (a/es/as): Elaine Bezerra e Mahara Jneesh

Ano de publicação: 2019

Periódico: Lutas Sociais

Link de acesso: <https://tinyurl.com/3kck6wuy>

DOI: 10.23925/lis.v23i43.52170

**Título: Autonomia feminina no campo: um perfil atualizado da região sul a partir dos dados do censo agropecuário 2017**

Autor (a/es/as): Leonardo Xavier da Silva e Maria Eduarda Ramazini Benites

Ano de publicação: 2022

Periódico: DRd - Desenvolvimento Regional em Debate

Link de acesso: <https://tinyurl.com/bdh2rs2x>

DOI: 10.24302/drd.v12ied.esp.Dossie.3920

**Título: Políticas públicas de gênero no Brasil: até que ponto vale a pena punir?**

Autor (a/es/as): Brena Paulo Magno Fernandez e Liana Bohn

Ano de publicação: 2022

Periódico: Textos de Economia

Link de acesso: <https://tinyurl.com/59myzwt8>

DOI: 10.5007/2175-8085.2022.e84843

**Título: A participação das mulheres na Feira da Agricultura Familiar e Economia Popular Solidária do Território Inhamuns e Crateús - Ceará**

Autor (a/es/as): Ydávila Vasconcelos Martins e Lia Pinheiro Barbosa

Ano de publicação: **2022**  
 Periódico: **Revista Brasileira de Educação do Campo**  
 Link de acesso: <https://tinyurl.com/5n7jxe4r>  
 DOI: **10.20873/uft.rbec.e12924**

**Título: Sementes de uma economia camponesa, feminista e agroecológica presentes na prática dos quintais produtivos das mulheres camponesas do MMC/SC**

Autor (a/es/as): **Geneci Ribeiro dos Santos, Siomara Aparecida Marques e Josimeire Aparecida Leandrini**

Ano de publicação: **2023**  
 Periódico: **Revista Grifos**  
 Link de acesso: <https://tinyurl.com/msmwn2xk>  
 DOI: **10.22295/grifos.v32i60.7322**

**Título: As dimensões do cuidado no âmbito da economia feminista: Um olhar sobre o trabalho das mulheres rurais no contexto da agricultura familiar**

Autor (a/es/as): **Maria Ribeiro de Souza, Maria das Dores Saraiva de Loreto e Luciana de Fátima Eufrásio**

Ano de publicação: **2023**  
 Periódico: **Emancipação**  
 Link de acesso: <https://tinyurl.com/ynrvet5>  
 DOI: **10.5212/Emancipacao.v.23.2321078.009**

**Título: Protagonismo das mulheres agricultoras da Zona da Mata e Leste de Minas Gerais na conservação da sociobiodiversidade e na diversificação de estratégias econômicas**

Autor (a/es/as): **Nayara Lopes de Castro, Liliam Telles, Thalita Rody e Alair Ferreira de Freitas**

Ano de publicação: **2023**  
 Periódico: **Revista Ponto de Vista**  
 Link de acesso: <https://tinyurl.com/2myc5snb>  
 DOI: **10.47328/rpv.v12i3.17226**

**Título: Economia Solidária e Feminista: apontamentos sobre a representação social do trabalho doméstico pelas mulheres de Araguaína-TO**

Autor (a/es/as): **Renata Rauta Petarly**  
 Ano de publicação: **2016**  
 Periódico: **Revista Latino-americana de Geografia e Gênero**  
 Link de acesso: <https://tinyurl.com/567hxkbn>  
 DOI: **10.5212/Rlagg.v.7.i2.0009**

**Título: As contribuições do trabalho doméstico e de cuidados das mulheres residentes no Monaf Filadélfia (Tocantins, Brasil)**

Autor (a/es/as): **Fernanda Pereira de Brito e Tatiane Marinho Vieira Tavares**

Ano de publicação: **2024**  
 Periódico: **Revista Vivências**  
 Link de acesso: <https://tinyurl.com/22zv4xwu>  
 DOI: **10.31512/vivencias.v20i40.988**

Título: **As mulheres artesãs no sul de Minas Gerais**  
 Autor (a/es/as): **Juliana Boldrin, Viviane Guimarães Pereira e Bruna Mendes Vasconcellos**  
 Ano de publicação: **2020**  
 Periódico: **Revista Tecnologia e Sociedade**  
 Link de acesso: <https://tinyurl.com/mw9jpxr2>  
 DOI: **10.3895/rts.v16n45.11368**

Título: **Mulheres lideranças rurais, participação política e trabalho de cuidado durante a pandemia de Covid -19**  
 Autor (a/es/as): **Lorena Lima de Moraes, Shana Sampaio Sieber e Juliana Nascimento Funari**  
 Ano de publicação: **2020**  
 Periódico: **Revista Inter-Legere**  
 Link de acesso: <https://tinyurl.com/yp8r3say>  
 DOI: **10.21680/1982-1662.2020v3n28ID21574**

Título: **Entrevista com a professora Hildete Pereira de Melo Hermes de Araújo**  
 Autor (a/es/as): **Shirley Silveira Andrade, Anna Carolina Cunha Pinto e Dieric Guimarães Cavalcante**  
 Ano de publicação: **2022**  
 Periódico: **Confluências | Revista Interdisciplinar de Sociologia e Direito**  
 Link de acesso: <https://tinyurl.com/2672jawp>  
 DOI: **10.22409/conflu.v24i2.55470**

Título: **O desvalor jurídico do trabalho reprodutivo: uma crítica político-econômica do feminismo ao Direito**  
 Autor (a/es/as): **Bárbara Duarte, Flávia Souza Máximo Pereira e Pedro Augusto Gravatá Nicoli**  
 Ano de publicação: **2021**  
 Periódico: **Revista da Faculdade Mineira de Direito**  
 Link de acesso: <https://tinyurl.com/y3wxj2k3>  
 DOI: **10.5752/P.2318-7999.2021v24n47p35-62**

Título: **Trabalho, emprego e renda na era da plataformização digital: o caso dos trabalhos de cuidado**  
 Autor (a/es/as): **Carolina de Menezes Cardoso Pellegrini e Ana Paula Motta Costa**  
 Ano de publicação: **2022**  
 Periódico: **Liinc em Revista**

Link de acesso: <https://tinyurl.com/5dxzy9j3>

DOI: 10.18617/liinc.v18i2.6011

**Título: A importância da intersecção entre gênero e fatores socioeconômicos para a elaboração de políticas públicas de enfrentamento à violência doméstica contra mulheres**

Autor (a/es/as): **Marília Ferruzzi Costa**

Ano de publicação: **2018**

Periódico: **Simpósio Gênero e Políticas Públicas**

Link de acesso: <https://tinyurl.com/4bnzzbkf>

DOI: 10.5433/SGPP.2018v5.p355

**Título: A potência dos feminismos na luta contra a razão neoliberal na América latina**

Autor (a/es/as): **Mônica Vilaça e Bárbara Freitas**

Ano de publicação: **2020**

Periódico: **Revista de Ciências Sociais - Política e Trabalho**

Link de acesso: <https://tinyurl.com/3ptku8yj>

DOI: 10.22478/ufpb.1517-5901.2020v1n52.52403

**Título: Economia feminista em movimento: experiências e desafios teórico-políticos a partir das lutas das mulheres**

Autor (a/es/as): **Renata Faleiros Camargo Moreno**

Ano de publicação: **2018**

Periódico: **Temáticas**

Link de acesso: <https://tinyurl.com/y77fdww7>

DOI: 10.20396/tematicas.v26i52.11708

**Título: A gestão orgânica de conflitos desenvolvida em empreendimentos formados por mulheres da economia solidária: uma análise pós-colonialista sobre uma prática feminista de autogestão**

Autor (a/es/as): **Maria de Nazaré Moraes Soares, Sílvia Maria Dias Pedro Rebouças e José Carlos Lázaro**

Ano de publicação: **2024**

Periódico: **Cadernos EBAPE.BR**

Link de acesso: <https://tinyurl.com/vh7tsnvj>

DOI: 10.1590/1679-395120230010

**Título: As mulheres na agenda da Organização Mundial de Comércio (OMC)**

Autor (a/es/as): **Silvana Schimanski**

Ano de publicação: **2021**

Periódico: **Conjuntura Austral**

Link de acesso: <https://tinyurl.com/3sc2xmjd>

DOI: 10.22456/2178-8839.113576